



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2003

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	3
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA.....	5
A) Economia Internacional.....	5
B) Economia Nacional	8
C) Economia Regional	10
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	17
A) Sector Público Administrativo	17
B) Sector Público Empresarial Regional.....	23
C) Administração Local	36
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL.....	39
A) Orçamento da Receita	40
B) Orçamento da Despesa.....	46
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	56
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	64
A) Dívida Directa	64
B) Dívida Indirecta.....	67



QUADROS SÍNTESES

QUADRO I - Síntese das Contas da R.A.A.	71
QUADRO II - Receita Total	72
QUADRO III - Despesa Total.....	73
QUADRO IV - Estrutura Orçamental da Receita	74
QUADRO V - Estrutura Orçamental da Despesa.....	75



I - INTRODUÇÃO

A proposta de orçamento para o ano de 2003 apresenta um ligeiro decréscimo no seu valor global relativamente ao orçamento de 2002, não considerando contas de ordem. Tal facto, deve-se, fundamentalmente, a uma continuação da política de contenção das despesas de funcionamento prosseguida por parte do Governo Regional e, igualmente, à perda de uma das fontes de financiamento do orçamento regional que era a do recurso ao endividamento destinado a financiar o plano de investimentos da Região.

Efectivamente, a impossibilidade da Região contrair empréstimos que impliquem um aumento do respectivo endividamento líquido, atendendo ao elevado grau de rigidez das despesas de funcionamento que, não obstante, sofreram reduções superiores às inicialmente projectadas, leva a que, inevitavelmente, o nível de investimentos seja menor do que aquele que estava previsto para 2003.

Esta limitação ao endividamento é tanto mais penalizadora para a Região quando se sabe que na proposta de Orçamento de Estado para 2003, o Governo da República prevê aumentar o seu endividamento líquido global directo, até ao montante máximo de 5.957.900 milhares de euros.

Como forma, também, de aumentar as receitas da Região e minimizar o efeito do não recurso ao endividamento, o Governo Regional irá elaborar e fazer aprovar um plano de alienação de património da Região em 2003, cujas finalidades não se



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

compatibilizem com os objectivos a prosseguir pela Administração Pública Regional ou que não se mostre necessário às funções a que estava afecto.

O Governo Regional continuará a privilegiar o relacionamento institucional estável com o Governo da República, numa atitude de defesa dos legítimos interesses desta Região, promovendo, designadamente, o encontro de soluções que permitam determinar com maior rigor o valor das receitas de alguns impostos a que esta Região tem direito.

A presente proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) Economia Internacional

Depois da significativa desaceleração da actividade económica internacional no ano de 2001, começam a observar-se sinais de retoma, associados à reabsorção de excedentes de stocks, aos investimentos em áreas sensíveis, designadamente nas tecnologias de informação, traduzindo os indicadores económicos de confiança expectativas mais favoráveis do que as esperadas inicialmente. Para esta evolução contribuiu a sustentação da política orçamental e o estímulo que os baixos níveis das taxas de juro representam para o investimento e consumo. Assim, é estimada uma certa aceleração no crescimento da produção mundial, a partir da taxa de 2,5% constatada em 2001. Esta evolução decorrerá do desempenho das economias ou zonas económicas mais significativas em termos de produção, alargando-se depois ao comércio internacional.

A retoma da produção favorecerá o reforço da margem de actuação das políticas monetárias e orçamentais no sentido de um crescimento mais sustentado através da repartição de riscos entre os agentes económicos e de medidas de consolidação nas finanças públicas. Neste contexto, além das condições que se levantam nas áreas monetárias e de finanças públicas, as trocas comerciais nos mercados internacionais assumem particular relevo no processo de reequilíbrio económico.

Os países em desenvolvimento e em transição não foram muito atingidos com a desaceleração de 2001, mantendo níveis de crescimento na produção e no



comércio internacional superiores aos dos países industrializados, o que se espera continuar nos próximos anos. Todavia, e como a crise na Argentina parece evidenciar, a evolução global envolve situações específicas muito contrastadas.

Assim, a evolução da actividade económica internacional no futuro próximo será condicionada por um certo crescimento que poderá exercer pressão ao nível dos preços, mesmo que haja estabilidade nos mercados de matérias primas, e, também, acentuar o desequilíbrio na balança corrente americana, levantando questões de financiamento. Ainda a curto prazo, os níveis de desemprego e os problemas nos mercados de trabalho podem contribuir para que as famílias adiem as suas despesas de consumo.

No que se refere ao preço internacional do petróleo, espera-se uma evolução em linha com os preços nos mercados de futuros, projectando-se em 2002 a manutenção dos preços do barril próximos do verificado em 2001 e uma ligeira redução para 2003.

Além de tensões que possam ocorrer, o crescimento sustentado a médio prazo pressupõe o seu alargamento ao comércio internacional que, por sua vez, não deverá ser desincentivado por medidas proteccionistas, como o exemplo da decisão dos Estados Unidos sobre os produtos de aço. Aliás, as expectativas de retoma de crescimento económico a partir do ano 2001 baseiam-se sobretudo na evolução recente da conjuntura nos Estados Unidos, tendo em consideração que aquela economia é responsável por cerca de um quarto da produção mundial. No caso mais particular dos países que integram a área do euro, os quais representam perto de dois terços do comércio externo português, projecta-se uma certa reanimação económica a partir do segundo semestre de 2002 e ao longo de 2003, reflectindo nomeadamente um ambiente externo mais dinâmico e alguma recuperação da confiança dos agentes económicos.



Indicadores Económicos

		Previsão		%
	2001	2002	2003	
Produção mundial (Tx. Crescimento) (1).....	2,5	2,8	4,0	
Comércio mundial (Tx. Crescimento) (1).....	0,2	2,5	6,6	
PIB em volume (Tx. Crescimento)				
Área do Euro	1,6	1,3	2,9	
União Europeia.....	1,7	1,5	2,8	
EUA	1,2	2,5	3,5	
Japão.....	-0,4	-0,7	0,3	
Desemprego (% da população activa)				
Área do Euro	8,0	8,2	8,1	
União Europeia.....	7,4	7,6	7,5	
EUA	4,8	5,6	5,3	
Japão.....	5,0	5,8	6,0	
Inflação (deflator do consumo privado)				
Área do Euro	2,2	2,1	1,8	
União Europeia.....	2,3	2,3	1,9	
EUA	2,2	1,5	1,6	
Japão.....	-1,4	-1,4	-1,7	
Balança Corrente (% do PIB)				
Área do Euro	0,4	0,9	1,0	
União Europeia.....	0,1	0,4	0,6	
EUA	-4,1	-4,4	-4,9	
Japão.....	2,2	3,3	4,3	
Taxas de juro (curto-prazo)				
Área do Euro	4,2	3,3	3,9	
EUA	3,7	2,3	3,8	
Japão.....	0,1	0,1	0,0	

(1) IMF, World Economic Outlook, Mai.2001

Fonte: Perspectives Économiques de l'OCDE, n° 71, Version Préliminaire, Avril, 2002



B) Economia Nacional

No final do corrente ano de 2002, o ritmo de crescimento da actividade económica deverá manter a tendência de abrandamento, estimando-se um aumento do PIB entre 0,5 e 1 por cento. Para 2003, antecipa-se uma ligeira aceleração, proporcionada essencialmente por um crescimento das exportações, no pressuposto de uma certa reanimação do ambiente económico internacional. Do lado da procura interna, espera-se apenas uma recuperação muito ligeira dos níveis de crescimento do consumo privado, já que o consumo público e o investimento terão praticamente uma variação nula em relação ao ano anterior.

O consumo privado deverá manter um ritmo de crescimento moderado, tendo subjacente um crescimento médio anual de um por cento do rendimento disponível dos particulares. A variação projectada para 2003 corresponde à continuação do processo de reajustamento do nível de despesa das famílias iniciado a partir de 1999. Ao nível do consumo público, o processo de consolidação orçamental implicará uma redução real do nível de despesa.

No corrente ano de 2002 manter-se-á a tendência de diminuição dos valores da formação bruta de capital fixo, antecipando-se para 2003 uma variação praticamente nula. Se durante o corrente ano, quer o investimento privado quer o público conhecerem uma variação real negativa, para 2003 espera-se que uma ligeira recuperação do investimento privado seja suficiente para contrabalançar a continuação da redução do investimento público.

Nas trocas com o exterior, apenas em 2003, a conjuntura internacional deverá permitir uma recuperação efectiva da procura das exportações portuguesas, pese embora os níveis de incerteza quanto á evolução das principais economias,



designadamente as da Europa Comunitária. A ligeira reanimação da procura interna, ao nível do consumo privado e do investimento empresarial, deverão determinar uma variação real positiva das importações.

Se em 2001, a variação média anual do índice harmonizado de preços ao consumidor atingiu os 4,4%, estimando-se que em 2002 se venha a situar no intervalo 3,5 a 4,5%, para 2003, se mantiver o ritmo de crescimento de salários e o ritmo moderado dos preços das importações, o nível de crescimento de preços no consumo poderá situar-se entre os 2 a 4%, atendendo também a que as repercussões do aumento do IVA far-se-ão sentir, em termos do índice, em 2002.

No mercado de trabalho, é de prever que o menor crescimento do emprego possa originar um aumento do desemprego. Contudo, face á sensibilidade que a taxa de actividade tem demonstrado em relação ao ciclo económico, a taxa de desemprego não deverá ultrapassar os 5% da população activa.

Quadro Macroeconómico (Taxas de crescimento em volume)

Anos	2001	2002	2003
PIB	1,7	[1/2; 1]	[1 ¼; 2 1/4]
Consumo privado	0,9	[1/4; 3/4]	[1/4; 1 1/4]
Consumo público	2,6	[1 ¼; 1 1/2]	[-1/2; 0]
Formação Bruta de Capital Fixo	0,1	[-3 ¼; -1]	[0;4]
Procura interna.....	1,0	[-1/4; 1/2]	[0; 1 3/4]
Exportações	2,9	[2 ¾; 3 3/4]	[5; 7]
Procura global.....	1,4	[1/2; 1]	[1 ¼; 3]
Importações.	0,9	[1/4; 1 1/2]	[1; 4 1/2]

Fonte: OE – GOP 2003.



C) Economia Regional

Recursos Humanos

Após a publicação de alguns resultados preliminares do XIV Recenseamento Geral da População, estão já disponíveis alguns dados provisórios, os quais, não alteraram em substância os anteriormente conhecidos.

Deste modo, confirma-se a tendência global de crescimento da população residente nos Açores, cerca de mais 4 mil indivíduos em relação ao recenseamento de 1991. Este crescimento populacional verificou-se com maior expressão nas ilhas de S. Miguel e do Corvo, e em menor escala na Terceira e Faial, compensando a tendência de perda de população nas restantes ilhas, com variações relativas mais expressivas na Graciosa e nas Flores.

Evolução da População Residente

Ilha	1991 ¹	2001 ²	? %
Santa Maria.....	5 922	5 578	-5,8
São Miguel	125 915	131 608	4,5
Terceira	55 706	55 833	0,2
Graciosa.....	5 189	4 780	-7,9
São Jorge.....	10 219	9 674	-5,3
Pico	15 202	14 806	-2,6
Faial.....	14 920	15 063	1,0
Flores	4 329	3 995	-7,7
Corvo.....	393	425	8,1
Região.....	23	24	1
	7 795	1 762	,7

1- Recenseamento Geral da População.

2- Resultados Provisórios do Recenseamento Geral da População.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.



Em termos da evolução da estrutura etária da população, no decénio entre os últimos recenseamentos, verificou-se um certo envelhecimento da população açoriana, quer na base da pirâmide etária (menor proporção de jovens), quer no topo (maior peso relativo dos idosos). Porém, poder-se-á ainda considerar que a população residente nos Açores é relativamente jovem, quando comparada com a situação geral do país, em que o índice de envelhecimento (pop. com 65 e mais anos / pop. dos 0-14 anos) atinge os 102,6%, enquanto na Região aquela relação queda-se pelos 60,9%.

Face à redução efectiva da emigração, a proporção da população em idade activa aumentou significativamente, o que originou a uma redução dos índices de dependência, constituindo porém um desafio ao mercado de trabalho, para ocupação deste segmento da população.

Estrutura Etária da População

	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos	%
1991	26,7	16,7	44,2	12,4	
2001	21,4	17,0	48,5	13,1	

Fonte: Recenseamentos Gerais da População

Índices Demográficos

	1991	2001	%
Envelhecimento (Pop. 65 e + / Pop 0-14).....	44,2	60,9	
Dependência dos jovens (Pop. 0-14/ Pop 15-64).....	43,7	32,7	
Dependência dos jovens (Pop. 65 e +/ Pop 15-64).....	20,3	19,9	
Dependência Total.....	64,0	52,6	

No que concerne ao grau de instrução da população açoriana, mercê do forte investimento no sector da educação, começa-se a observar alguma aproximação



aos valores médios nacionais. A partir dos escassos dados disponíveis e ainda sem desagregação a nível de idades, observa-se ainda que uma menor proporção da população na Região atingiu ou frequenta os níveis de ensino mais elevados. De registar ainda que cerca de 23,5% da população dos Açores se encontra a frequentar os diversos níveis de ensino, enquanto a nível nacional aquela relação não ultrapassa os 20,3%.

População Residente (2001) – Nível de Instrução

	Nenhum Nível de Ensino	1º Ciclo Ensino Básico	2º Ciclo Ensino Básico	3º Ciclo Ensino Básico	Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	%
RAA	14,2	39,1	15,5	12,0	12,1	0,5	6,6	
País	14,4	35,0	12,7	10,8	16,0	0,5	10,6	

Fonte: INE.

Aspectos Macroeconómicos

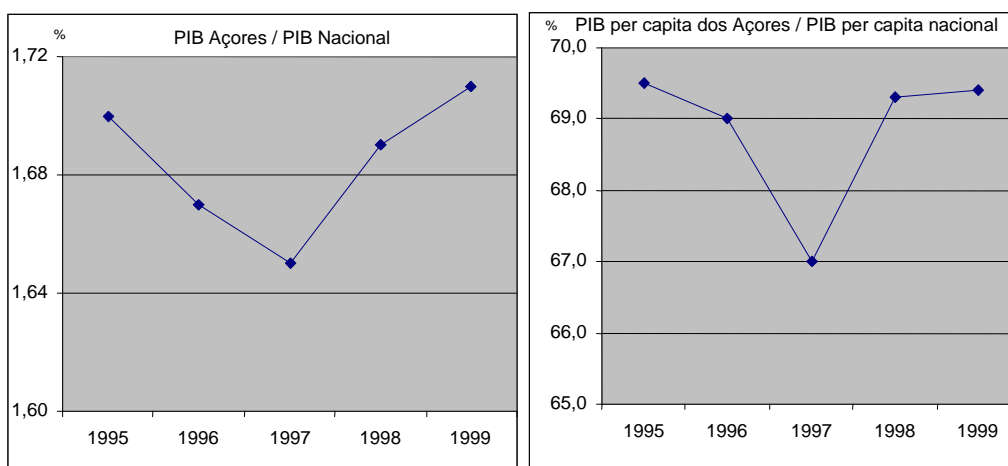
Produto Interno Bruto

Estando somente disponíveis os valores do produto interno bruto até 1999, ano em que se apurou um valor de 1837 milhões de euros, poder-se-á constatar que a partir de 1997 se assistiu à convergência real com o conjunto do país.

Essa convergência real verificou-se não só em termos absolutos, tomando em consideração o peso relativo do PIB da região, no contexto nacional, como também em termos da capitação da riqueza produzida. Com efeito, após quebra destes indicadores relativos verificada até 1997, a partir daquele ano, conforme se constata a partir dos gráficos, construídos a partir dos dados do INE, observa-se uma



recuperação efectiva da posição regional, pese embora, o facto de em 1999, o PIB per capita nos Açores representar ainda menos de 70%, do valor médio nacional, o que indicia a necessidade de manter o esforço de desenvolvimento económico em curso.



Mercado de Emprego

Através da informação estatística apresentada nos Inquéritos ao Emprego, poder-se-á deduzir que continua a aumentar a população activa dos Açores, sendo superior o crescimento da população empregada, o que proporcionou uma redução efectiva do desemprego.

Com efeito, em 2001, ter-se-ão criado perto de 3,3 mil postos de trabalho, suficientes para ocupar 2,7 mil novos activos e reduzir em cerca de 6 centenas o número de desempregados. A taxa de desemprego em 2001 na Região rondou os 2,4%, valor inferior ao da média nacional, 4,1%.

Os elementos mais recentes sobre o emprego, obtidos a partir do Inquérito ao Emprego do 2º trimestre do corrente ano de 2002, permitem concluir que se



mantém valores elevados de empregabilidade da mão de obra disponível, traduzindo-se numa taxa de desemprego de apenas 2,2% da população activa.

Estatísticas do Emprego

Unid: 1 000 indivíduos

	2000	2001	2002 (2º Trimestre)
População Activa	101,5	104,2	103,1
População Empregada.....	98,5	101,7	100,8
Taxa de Desemprego.....	3,0	2,4	2,2

Sendo a taxa de desemprego apurada inferior, inclusivamente ao valor de desemprego considerado como o normal numa situação em que, em termos técnicos, se pode considerar de pleno emprego, o nível de crescimento da actividade económica, designadamente nos sectores da construção civil, obras públicas e alguns serviços, tem ocupado mão de obra oriunda do exterior, estimando-se que na Região se encontrem a trabalhar actualmente perto de 2400 trabalhadores estrangeiros.

Preços

Em virtude de no ano de 2000 se ter registado um valor histórico, por ter sido dos mais baixos de sempre, para o ritmo de crescimento anual dos preços no consumo, apenas 1,9%, era antecipável que, pelo crescimento dos preços verificado no país e pelo próprio processo de cálculo da inflação, em períodos subsequentes se registassem reajustamentos na taxa de inflação na Região. Com efeito, em 2001, o crescimento anual dos preços no consumo, excluindo a habitação, ainda foi inferior ao registado no contexto nacional. Porém, os dados mais recentes, reportados a Julho do corrente ano de 2002, apontam para uma ligeira aceleração do crescimento dos preços, mantendo-se porém dentro de valores próximos dos registados no conjunto do país.



Índice de Preços no Consumidor – Total excepto habitação
Variação média dos últimos 12 meses

	RAA	RAM	País	%
Dezembro 2000	1,9	2,7	2,8	
Dezembro 2001	3,7	4,4	3,7	
Julho 2002	4,0	3,6	3,4	

Aspectos Sectoriais

Pelos indicadores simples relativos a diversos sectores de actividade económica, poder-se-á inferir que a conjuntura económica se caracteriza por uma evolução favorável.

Com efeito, em 2001, apesar de alguns indicadores económicos da actividade primária apresentarem algumas variações negativas, no cômputo geral, considerando os demais dados, observaram-se crescimentos reais da produção económica, em especial no sector da construção e obras públicas e, em particular, nas actividades relacionadas com o turismo, sector que conheceu um crescimento exponencial naquele ano.

Através da informação estatística mais actualizada que vai sendo disponibilizada, a comparação dos dados apurados para 2002 com os dos períodos homólogos do ano de 2001, permite com alguma segurança concluir pela manutenção de tendência de crescimento, porventura de forma mais generalizada a todos os sectores e com ritmos de crescimentos mais ajustados a um aumento de produção seguro e sustentável.



Indicadores Simples de Conjuntura – Variações Homólogas

			%
	2001/2000	2002/2001	
		Período	
Gado bovino e suíno abatido nos matadouros	-6,9	Jan-Abr	15,0
Leite entregue nas fábricas.....	-3,7	Jan-Abr	2,9
Quantidade de pesca descarregada.....	-14,9	Jan-Mai	13,9
Valor da pesca descarregada	-14,6	Jan-Mai	13,5
Nº de licenças para construção	13,5	Jan-Jun	17,9
Consumo de cimento	22,6	Jan-Jul	7,9
Produção de energia eléctrica	7,5	Jan-Jul	7,4
Dormidas na hotelaria tradicional	25,0	Jan-Mai	11,8
Receitas totais dos estabelecimentos de hotelaria.....	26,1	Jan-Mai	7,5
Nº de viaturas comerciais vendidas.....	-16,1	Jan-Mar	22,0



III - EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

Para se proceder à análise da execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, no primeiro semestre do corrente ano, apresenta-se, abaixo, o quadro resumo com os valores da receita e despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - PRIMEIRO SEMESTRE 2002

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	748.314.587,00	320.831.226,00	42,87%
Receitas Fiscais	400.643.983,00	202.988.257,00	50,67%
IRS	88.702.585,00	46.048.822,64	51,91%
IRC	22.445.905,00	11.759.295,68	52,39%
IVA	230.886.740,00	118.883.253,64	51,49%
Outras Receitas Fiscais	58.608.753,00	26.296.885,04	44,87%
Transferências do O.E.	230.452.972,00	95.554.167,48	41,46%
Transferências do U.E.	72.325.695,00	19.042.179,74	26,33%
Outras Receitas	14.963.937,00	3.246.621,78	21,70%
Sub-Total	718.386.587,00	320.831.226,00	44,66%
Endividamento	29.928.000,00	0,00	0,00%
Despesas Totais	748.314.587,00	349.178.797,29	46,66%
Funcionamento	502.372.003,00	235.858.526,80	46,95%
Despesas com Pessoal	250.874.278,00	122.181.672,02	48,70%
Remunerações certas	209.089.041,00	104.552.653,14	50,00%
Abonos variáveis	10.396.692,00	4.752.557,26	45,71%
Segurança Social	31.388.545,00	12.876.461,62	41,02%
Transferências	201.174.958,00	101.280.216,85	50,34%
Juros da Dívida Pública	13.277.543,00	0,00	0,00%
Outras	37.045.224,00	12.396.637,93	33,46%
Investimento	245.942.584,00	113.320.270,49	46,08%



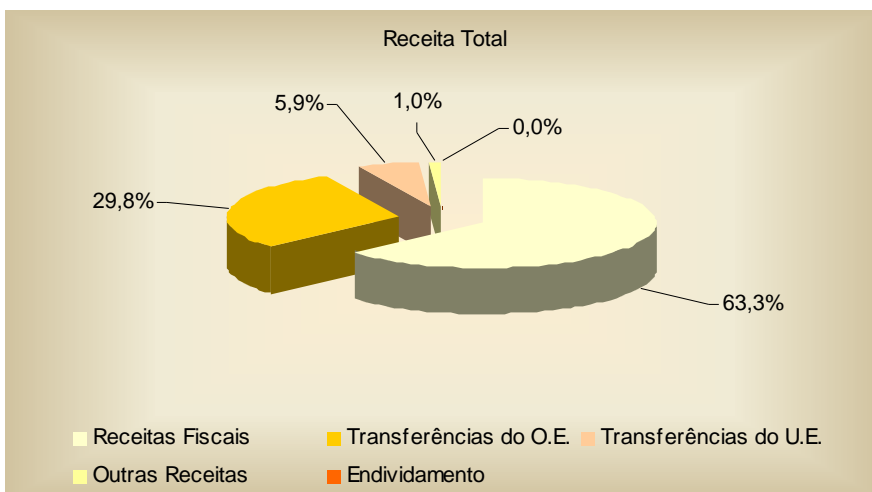
Relativamente às receitas fiscais, estas apresentam uma execução de 202.988 milhares de euros (50,7%), o que representando as mesmas 63,3% das receitas totais arrecadadas até ao final do primeiro semestre do corrente ano. Do conjunto de impostos, os que mais se destacaram, no total das receitas fiscais, foram o IRS, IRC e o IVA, os quais apresentaram uma execução de 51,9%, 52,4% e 51,5% respectivamente, contribuindo deste modo para 87,0% do valor arrecadado das receitas fiscais.

Do conjunto de rubricas que compõem as Outras receitas fiscais, destacam-se o Imposto Automóvel, o Imposto de consumo s/ o tabaco e Taxas multas e outras penalidades, com um nível de execução de 51,7%, 47,7% e 41,7%, respectivamente.

O nível de execução das receitas fiscais no primeiro semestre, deixa antever uma execução no final do ano um pouco superior às estimativas iniciais orçamentadas.

Quanto às restantes receitas, salientam-se as transferências do O.E., com 95.554 milhares de euros e as transferências da União Europeia ainda com um grau de execução relativamente reduzido, de 19.042 milhares de euros.

O gráfico seguinte permite visualizar o peso das rubricas no conjunto das receitas totais.



No que se refere à despesa, o valor global desta foi de 349.179 milhares de euros, representando uma execução de 46,7%.

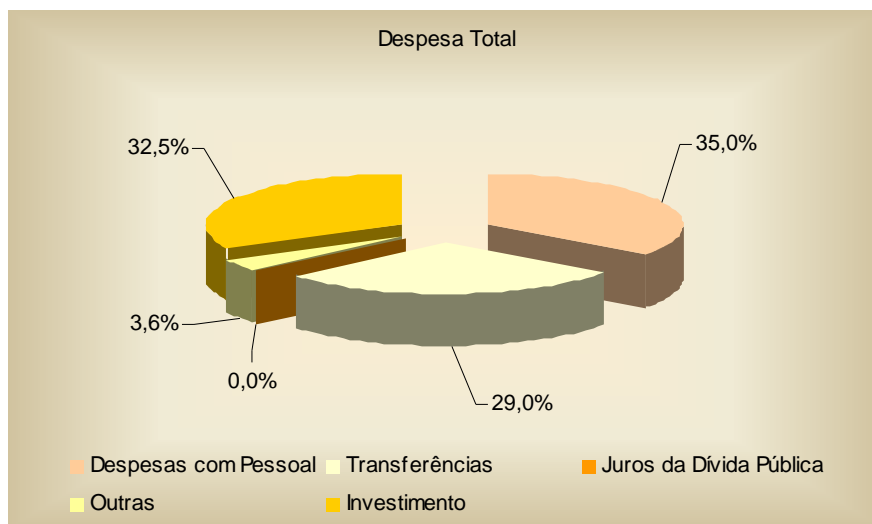
As rubricas com maior peso no cômputo da despesa foram as despesas com pessoal, com 122.182 milhares de euros, e as transferências correntes, com 101.280 milhares de euros, representando, em conjunto, respectivamente 35,0% e 29,0% do total da despesa.

As despesas de investimento apresentaram um nível de execução de 46,1% (113.320 milhares de euros).

O gráfico seguinte apresenta a estrutura da despesa no primeiro semestre de 2002.



Região Autónoma dos Açores
 Presidência do Governo Regional
 Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
 Direcção Regional do Orçamento e Tesouro



No quadro a seguir apresentam-se os valores da receita e da despesa no primeiro semestre do triénio 2000 - 2002.

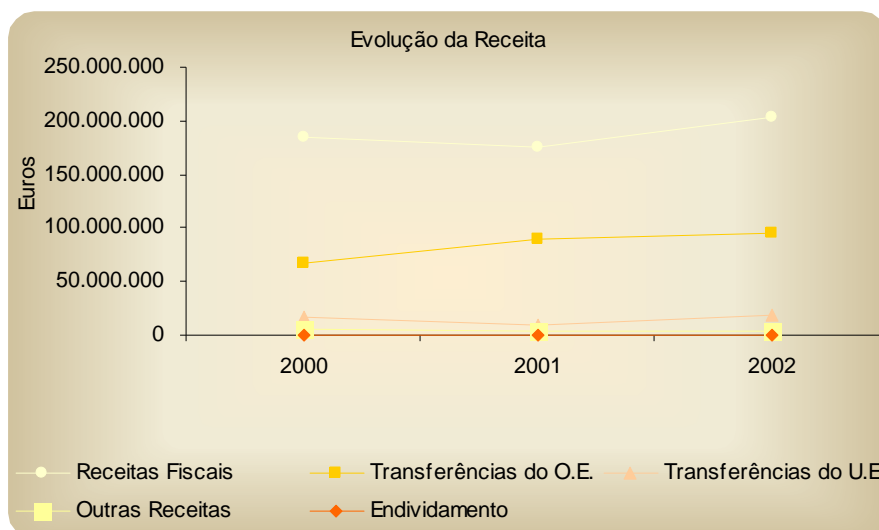
Execução Orçamental - 1.º Semestre 2000 - 2002

Un: Euros

	2000		2001		2002	
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO
Receitas Totais	697.729.437,07	274.351.631,54	809.000.309,25	278.572.450,01	748.314.587,00	320.831.226,00
Receitas Fiscais	395.783.661,39	185.020.630,90	420.436.747,43	175.136.256,75	400.643.983,00	202.988.257,00
IRS	84.795.642,50	38.320.270,51	86.890.593,67	24.341.380,88	88.702.585,00	46.048.822,64
IRC	32.421.863,31	14.904.878,88	39.903.831,77	5.082.082,57	22.445.905,00	11.759.295,68
IVA	230.679.063,46	109.189.256,78	237.677.197,95	119.421.772,77	230.886.740,00	118.883.253,64
Outras Receitas Fiscais	47.887.092,12	22.606.224,73	55.965.124,04	26.291.020,53	58.608.753,00	26.296.885,04
Transferências do O.E.	177.927.305,20	66.404.779,48	191.588.272,26	90.060.479,22	230.452.972,00	95.554.167,48
Transferências do U.E.	87.040.233,04	17.641.419,92	82.301.653,02	9.730.461,61	72.325.695,00	19.042.179,74
Outras Receitas	12.038.342,59	5.284.801,24	23.942.299,06	3.645.252,43	14.963.937,00	3.246.621,78
Sub-Total	672.789.542,22	274.351.631,54	718.268.971,77	278.572.450,01	718.386.587,00	320.831.226,00
Endividamento	24.939.894,85	0,00	90.731.337,48	0,00	29.928.000,00	0,00
Despesas Totais	697.729.437,04	280.166.830,31	809.000.289,29	297.816.866,64	748.314.587,00	349.178.797,29
Funcionamento	445.627.891,76	197.055.978,01	537.217.450,93	216.159.505,82	502.372.003,00	235.858.526,80
Despesas com Pessoal	218.325.934,50	105.421.138,47	232.872.886,34	116.306.107,03	250.874.278,00	122.181.672,02
Remunerações certas	182.431.225,74	88.894.372,91	192.667.650,96	98.775.048,85	209.089.041,00	104.552.653,14
Abonos variáveis	11.107.271,48	5.046.210,27	11.598.168,41	5.029.375,85	10.396.692,00	4.752.557,26
Segurança Social	24.787.437,28	11.480.555,29	28.607.066,97	12.501.682,33	31.388.545,00	12.876.461,62
Transferências	187.375.086,03	83.362.266,16	194.150.178,07	88.564.478,56	201.174.958,00	101.280.216,85
Juros da Dívida Pública	10.305.164,55	162.679,61	13.268.024,06	1.189.527,38	13.277.543,00	0,00
Outras	29.621.706,68	8.109.893,77	96.926.362,46	10.099.392,85	37.045.224,00	12.396.637,93
Investimento	252.101.545,28	83.110.852,30	271.782.838,36	81.657.360,82	245.942.584,00	113.320.270,49



Em termos globais e com referência ao mesmo período de análise, os valores das receitas, entre 2000 e 2002, apresentaram um crescimento, 1,5% de 2000 para 2001 e de 15,2% de 2001 para 2002. O crescimento verificado em 2001, ficou a dever-se ao aumento das transferências do O.E., enquanto que o verificado em 2002 é explicado essencialmente pelo aumento das receitas fiscais (15,9%) e das transferências da U.E. (95,7%), conforme explicitado no gráfico abaixo.

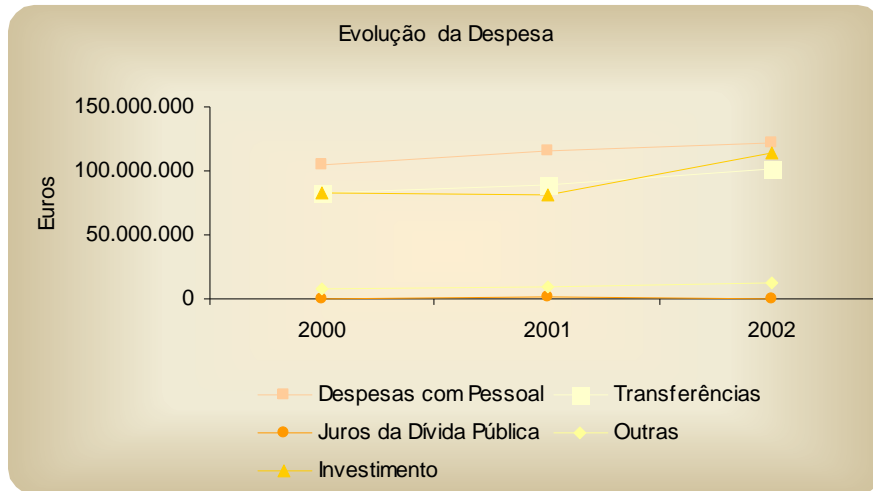


Relativamente à despesa, registou-se um crescimento na ordem dos 6,3% de 2000 para 2001 e de 17,25% de 2001 para 2002, justificado, este último, essencialmente pelo aumento verificado nas rubricas “Transferências” (14,4%) e “Investimento” (38,8%).

O gráfico abaixo demonstra a evolução da despesa no primeiro semestre de 2000 – 2002.



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro





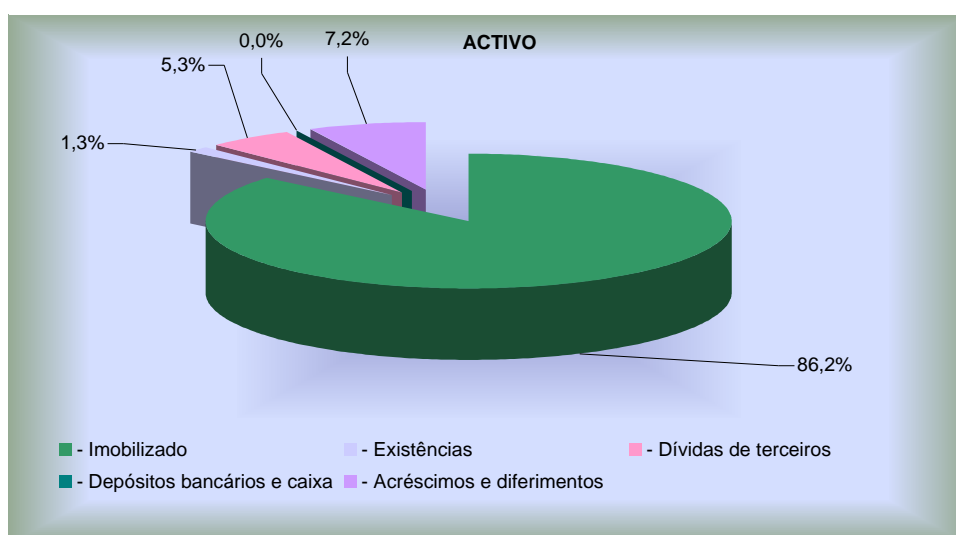
B) Sector Público Empresarial Regional

A análise dos elementos contabilísticos a 31 de Dezembro de 2001 da EDA- Electricidade dos Açores, S.A., SATA, AIR AÇORES – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, S.A. e LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas, E.P., é a que a seguir se apresenta.

EDA- Electricidade dos Açores, S.A.

O balanço analítico da empresa não apresenta variações estruturais significativas, tendo-se verificado um crescimento do activo e passivo, respectivamente de 5,4% e 6,1%.

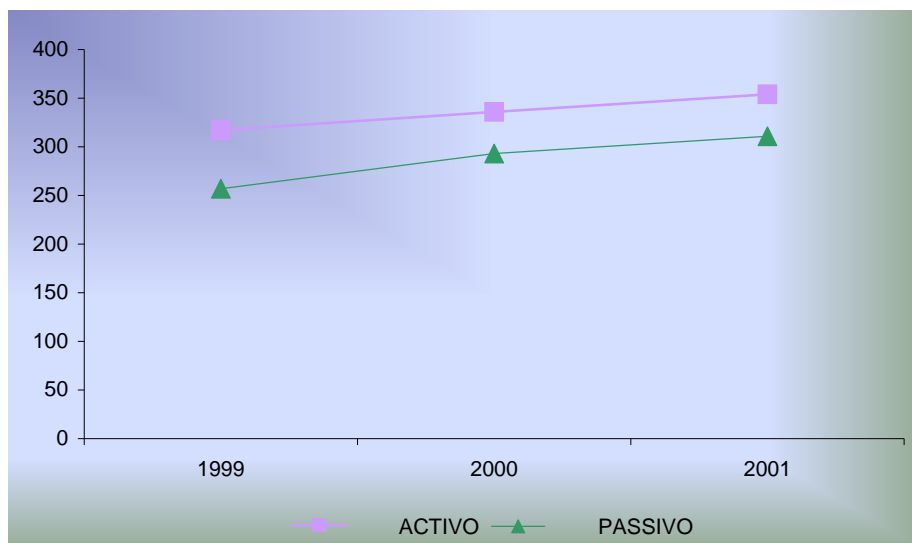
Das componentes do Activo, ressalva-se o peso de 86,2% assumido pelo Imobilizado, conforme o gráfico a seguir demonstra .





A variação do Passivo deveu-se essencialmente ao acréscimo de 8,8% de “Dívidas a Terceiros”, justificada pelo não recebimento dos subsídios de compensação, resultantes da convergência do tarifário.

De seguida apresenta-se a evolução comparativa do activo e do Passivo no último triénio.



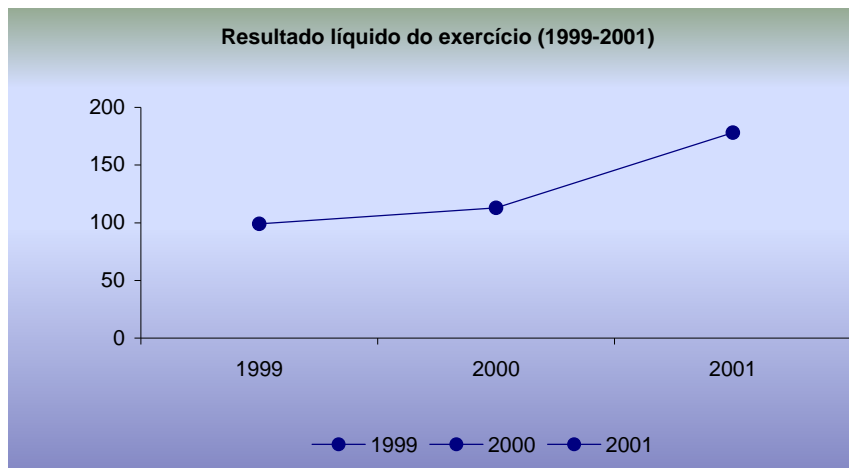
No que concerne às rubricas que compõem a Demonstração de Resultados ressalva-se:

- A redução de 4,3% operada nos “Custos com Pessoal”, resultou da contabilização das responsabilidades com pensões de reforma, ocorrida no ano anterior, dado que em 2001 registou-se uma diminuição de 52,1% nos custos com os pensionistas.



- As Amortizações do Exercício decresceram 3,8%, representando 15,5% do total dos custos.
- A rubrica “Juros e Custos Similares” registou um aumento de 11,8%, mais 1,0 milhão de euros, como consequência da alteração de 4,75% em 2000, para 5,3% em 2001, da taxa média de juros bem como da do aumento do valor da dívida em aproximadamente em 8,6%.
- Nos proveitos do exercício, destacam-se as vendas com um peso de 69,3%, tendo as mesmas atingido o valor de 59,5 milhares de euros.
- O aumento significativo dos trabalhos para a própria empresa (33%) ficou a dever-se ao volume de investimento registado em 2001.
- O Resultado Líquido do Exercício aumentou 56,5% atingindo os 178 mil euros, tendo sido proposta pelo Conselho de administração a seguinte aplicação: Reservas legais – 9 mil euros e para resultados transitados – 169 mil euros.

A evolução dos Resultados Líquidos do último triénio está patente no gráfico que abaixo se apresenta:



SATA, AIR AÇORES – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos.

Da análise do Activo da SATA sobressai o elevado peso que as “Dívidas de Terceiros” assumem no seu total, (55,7%). Esta rubrica apresentou um crescimento de 5,2%, situando-se nos 39 milhares de euros.

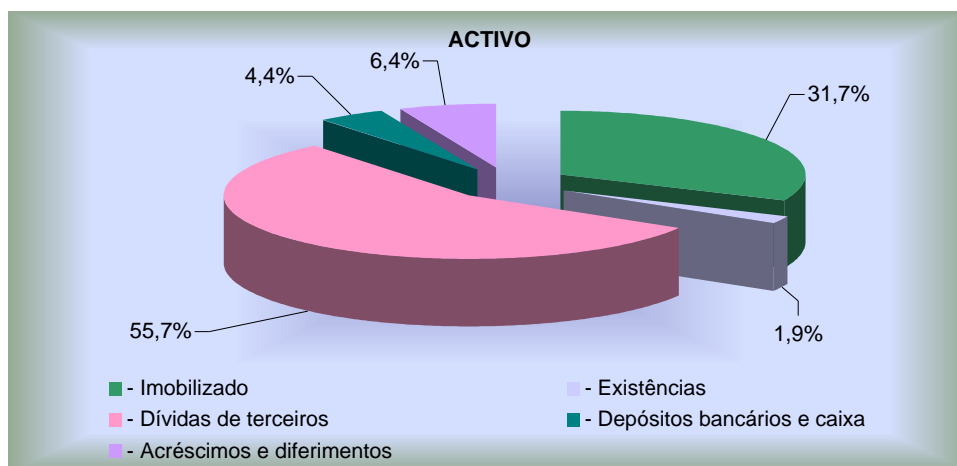
O imobilizado registou um acréscimo de 27,6%, sendo de realçar que, dos 22 milhares de euros contabilizados nesta rubrica, 61% correspondiam a imobilizado corpóreo e os restantes 39% a investimentos financeiros.

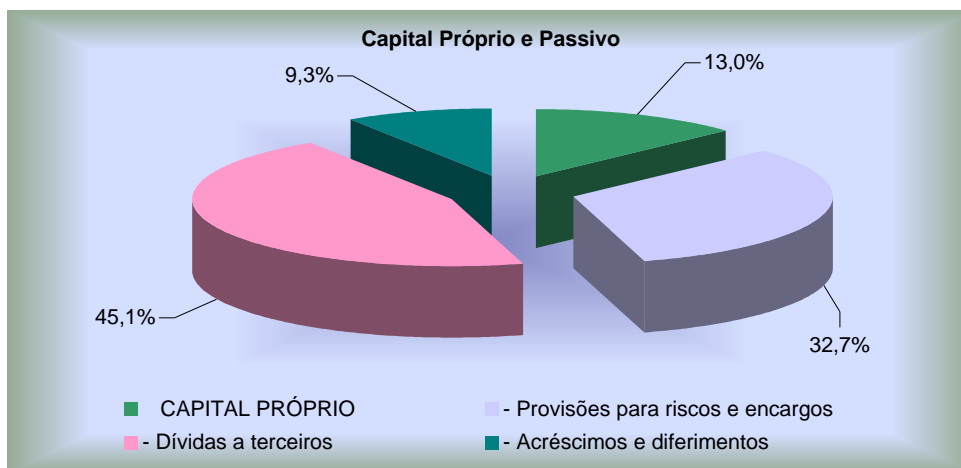


Relativamente ao Passivo verificou-se um significativo aumento na rubrica “Dívidas a Terceiros” (56,3%), que atingiu os 31,2 milhares de euros, o que se reflectiu num aumento do total do Passivo em 10,2%.

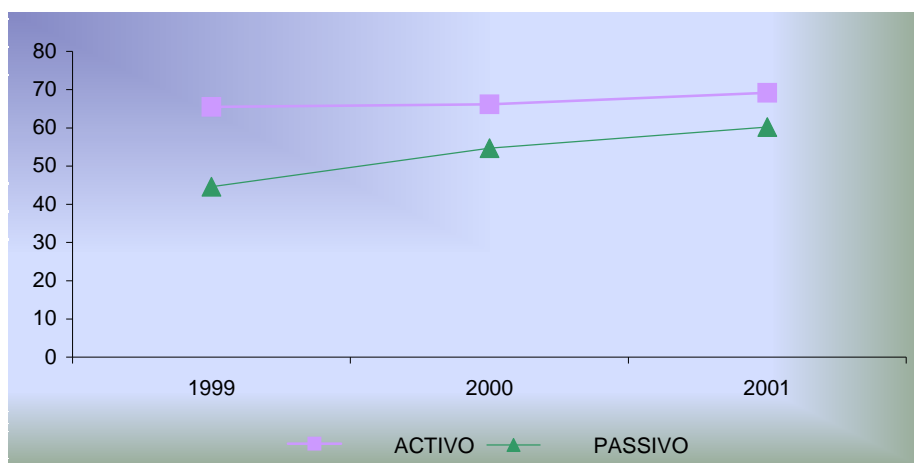
O Capital Próprio decresceu 21,9%, menos 2,5 milhares de euros, relativamente ao ano anterior, situando-se, a 31 de Dezembro de 2001, nos 9 milhares de euros.

De seguida são apresentados os gráficos representativos das componentes do Activo e do Passivo e Capital Próprio.



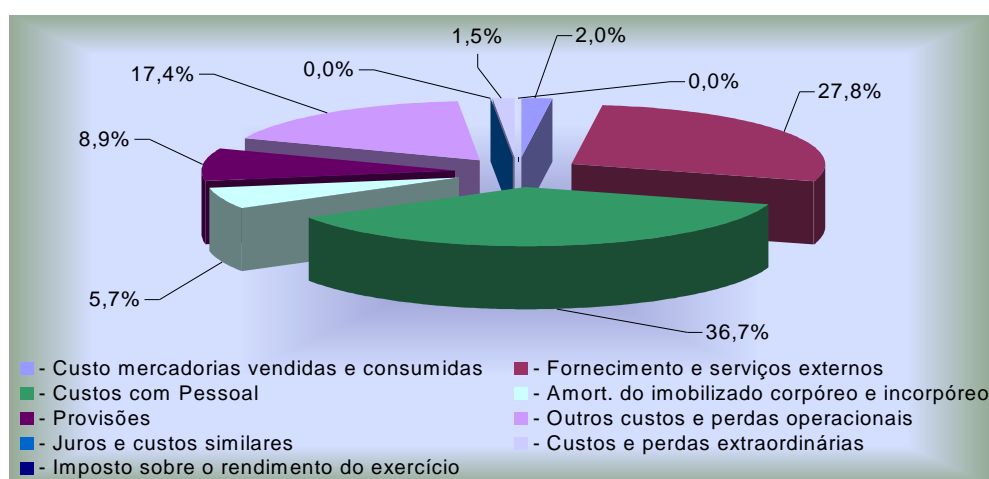


O gráfico abaixo explicita a evolução do Activo e do Passivo nos últimos três anos.



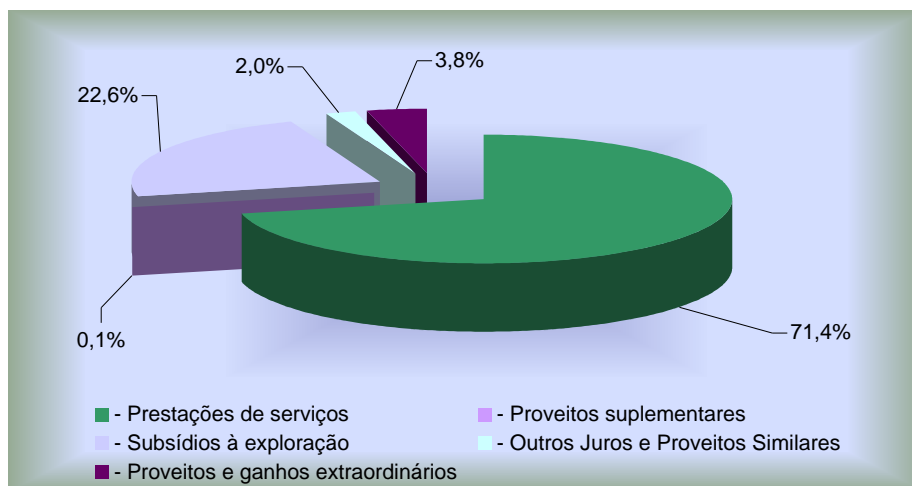


Relativamente aos Custos e Perdas do exercício de 2001, destacam-se as rubricas “Custos com Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos” que, com um crescimento de 5,4% e 7,1%, representaram 36,7% e 27,8%, respectivamente, do total dos custos.

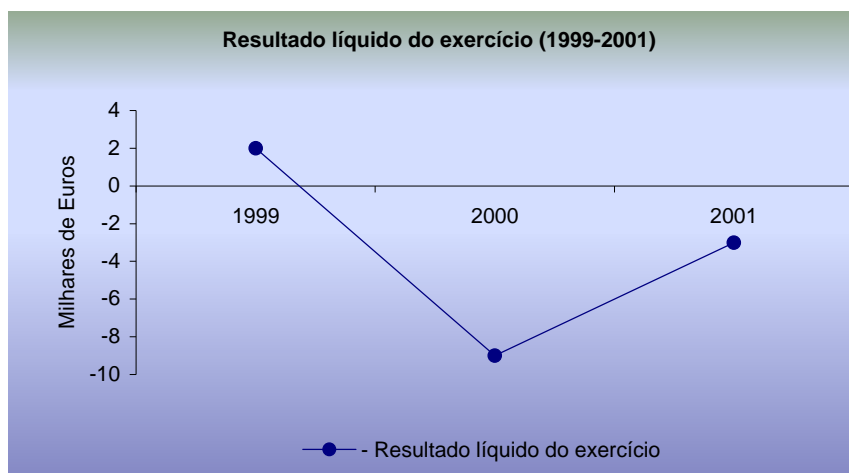


As rubricas que contribuíram para o crescimento de 8,2% do total dos Proveitos e Ganhos, foram “Prestações de Serviços” e “Subsídios à Exploração” que cresceram 12,2% e 9,0% respectivamente.

O contributo destas para a variação dos proveitos, não é alheio ao facto de as mesmas representarem 94,0% do total.



Apesar de uma significativa melhoria do Resultado Líquido do Exercício, este registou ainda um valor negativo –2,6 milhares de euros, que se ficou a dever essencialmente à integração dos resultados da SATA Internacional.



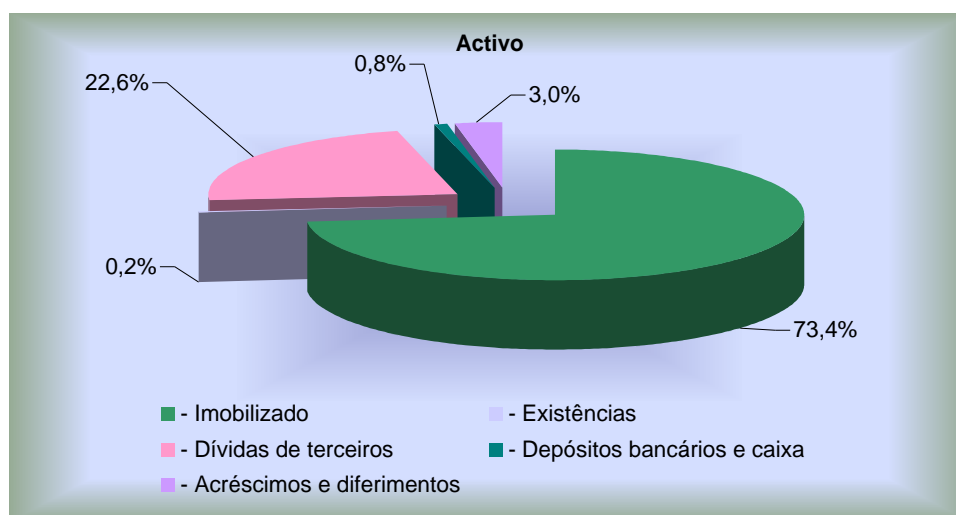
Foi proposto pelo Conselho de Administração a aplicação da totalidade do Resultado Líquido apurado a Resultados Transitados.



LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas, E.P.

O Activo Líquido da empresa aumentou de forma significativa (55,1%) relativamente ao exercício anterior. Tal facto, deveu-se por um lado ao aumento do Imobilizado Corpóreo, justificado pela alteração de critérios contabilísticos – consideração como Activos Revertíveis (por um período máximo de 10 anos) as obras efectuadas ao abrigo do mandato com a Direcção Regional das Pescas – e por outro lado a um crescimento dos Investimentos Financeiros em 52,0%.

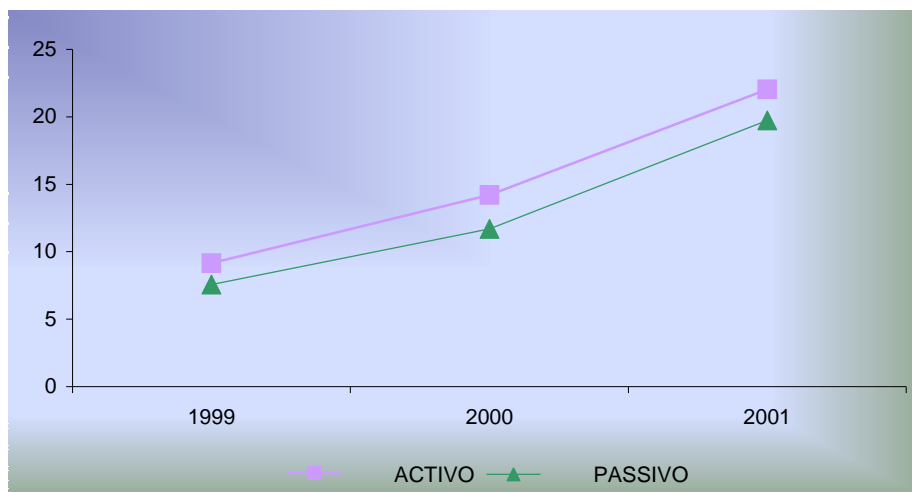
As “Dívidas de Terceiros”, com um peso de 22,6%, como explicitado no gráfico abaixo, registaram um aumento de 44,5%, atingindo os 5 milhares de euros.





A constituição de provisões para as responsabilidades referentes a complementos de pensões originou um decréscimo de 9,0% na rubrica “Capital Próprio”, tendo esta ascendido aos 2 milhares de euros.

O crescimento exponencial (159,5%) registado na rubrica “Acréscimos e Deferimentos”, deveu-se à contabilização em proveitos diferidos dos subsídios ao investimento, para o financiamento de Imobilizações Corpóreas.



Da análise dos Custos e Perdas contabilizados no ano de 2001, salienta-se:

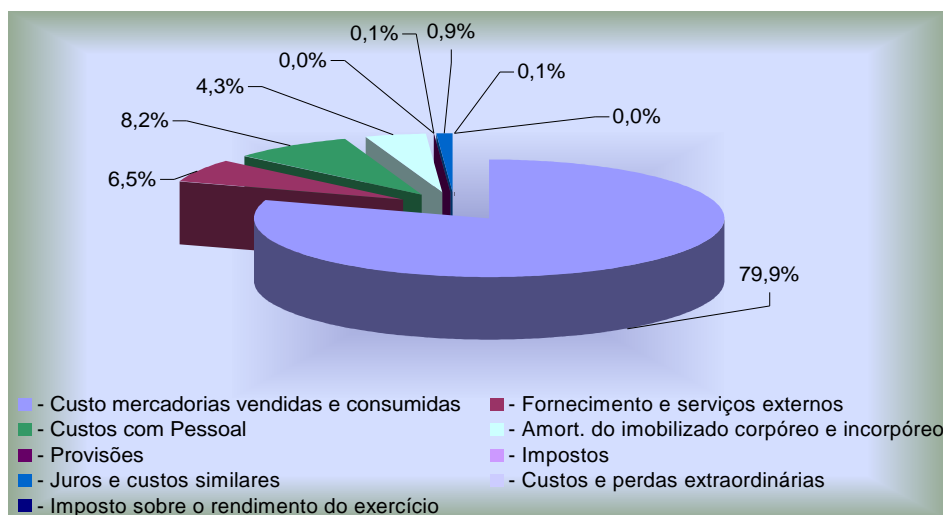
- Apesar do decréscimo de 13,8% no “Custo das mercadorias vendidas e consumidas”, esta rubrica representou 80,0% no total dos custos e perdas, situando-se nos 22 milhares de



euros. Este valor representou 85,0% do Volume das vendas e prestação de serviços.

- O acentuado decréscimo, 56,7%, verificado nos “Fornecimentos e serviços externos” deveu-se à alteração dos critérios contabilísticos, anteriormente referidos, uma vez que as acções desenvolvidas no âmbito do Protocolo com a Direcção Regional das Pescas, deixam de onerar de forma significativa esta rubrica, por passarem a serem classificados como Activos Revertíveis.
- Os “Custos com Pessoal” registaram um aumento de 3,5%, tendo atingido o valor de 2 milhares de euros.
- O significativo acréscimo (99,2%), verificado nas “Amortizações do imobilizado”, não influenciou de forma significativa a evolução dos Custos e Perdas, uma vez que apenas representa 4,3% do total.

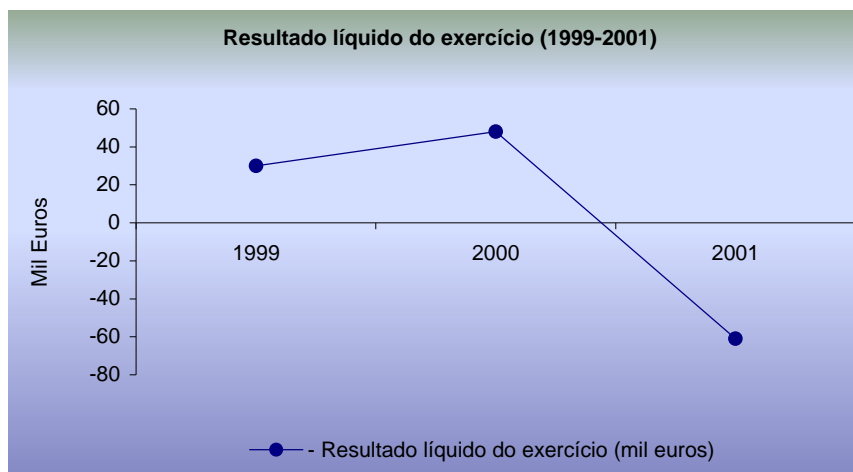
O peso das rubricas que compõem os custos e perdas, encontra-se patente no gráfico infra.



A quase totalidade dos Proveitos e Ganhos (94,5%), foi contabilizada na rubrica “Vendas e Prestação de Serviços”, que atingiram os 26 milhares de contos, valor este repartido por:

- 22 milhares de euros de Vendas
- 4 milhares de euros de Prestação de serviços.

Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, o Resultado Líquido do Exercício atingiu, no final de 2001, um valor negativo de 61 mil euros, conforme gráfico abaixo, valor este que foi proposto pelo Conselho de Administração, ser afecto a Resultados Transitados.



O total de investimentos previstos, pelas empresas atrás referidas, atinge 58 514 mil euros, dos quais 38 570 mil euros são da responsabilidade da EDA, S.A., o que representa cerca de 65,9 % do total. Na SATA, S.A. prevê-se o montante de 13 845 mil euros e de 6 099 mil euros na LOTAÇOR, E.P.

Relativamente às empresas participadas da EDA, S.A., prevê-se para o ano de 2003, investimentos num total de 18 115 mil euros, repartidos por:

- EEG, LD^a. – 3 114 950,00 Euros
- SOGEO, S.A. – 10 000 000,00 Euros
- GEOTERCEIRA, S.A. – 5 000 000,00 Euros



C) Administração Local

Apresenta-se de seguida alguns elementos referentes às principais receitas e despesas municipais na Região Autónoma dos Açores.

No quadro seguinte podemos observar a evolução das receitas e despesas municipais no período 1999 – 2001.

RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

mil euros

Receitas	1999		2000		2001		2000/2001
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Receitas Locais	15 573	13	17 990	14	20 791	13	16
Fundos OE	54 234	46	60 811	49	71 659	44	18
Fundos Comunitários	30 272	26	18 014	14	29 120	18	62
Transferências Gov Regional	5 172	4	8 916	7	8 400	5	-6
Outras Transferências	1 872	2	1 339	1	4 171	3	212
Empréstimos	10 457	9	17 818	14	28 147	17	58
Totais	117 578	100	124 887	100	162 290	100	30
Despesas	1999		2000		2001		2000/2001
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Pessoal	29 028	25	31 507	25	34 695	21	10
Bens e Serviços	13 302	11	13 531	11	15 669	10	16
Juros	1 274	1	1 587	1	2 740	2	73
Amortizações	4 440	4	7 295	6	5 697	4	-22
Investimentos	62 642	54	63 581	51	93 244	58	47
Transferências	5 376	5	6 280	5	8 206	5	31
Outras Despesas	603	1	539	0	1 495	1	177
Totais	116 663	100	124 320	100	161 746	100	30

As receitas e as despesas municipais cresceram em termos globais 30% no ano de 2001, um valor bastante positivo. Este crescimento deve-se sobretudo a um aumento de 62% nas transferências dos fundos comunitários, que no ano anterior tinham sofrido uma redução sensível.



Para aproveitar da melhor forma as verbas recebidas dos fundos comunitários, bem como as condições vantajosas da cooperação financeira do Governo Regional, associadas a baixas taxas de juros, os municípios recorreram ao crédito num valor global de 28 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 58%, relativamente ao ano anterior. Trata-se de um novo máximo no montante de empréstimos contraídos, sendo equivalente ao total dos dois anos anteriores. Em termos de endividamento, podemos referir que a capacidade legal utilizada foi em média de 47%. Por outro lado, os encargos com o serviço da dívida representaram apenas 9% das receitas próprias municipais.

Os fundos do orçamento do estado constituem a maior fonte de receita, 44%, tendo crescido 18% em 2001.

No que diz respeito às despesas, verificou-se um crescimento da ordem dos 47% nos investimentos, o que é natural dados os aumentos verificados nas receitas dos fundos da união europeia e nos empréstimos, para além do crescimento dos fundos do orçamento do estado.

As despesas de pessoal registaram um crescimento de 10%, o que não sendo elevado supera a taxa de crescimento salarial, levando a supor que se verificou um aumento do número de efectivos.

Finalmente, não deixa de ser interessante verificar o comportamento das despesas do serviço da dívida, tendo os juros aumentado 73%, enquanto que as amortizações diminuíram 22%. O



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

crescimento elevado nos empréstimos contraídos levaria a prever um crescimento não apenas nos juros mas também nas amortizações, a não ser que se verifique um período de carência em alguns desses empréstimos, o que deixa antever um crescimento acentuado nas amortizações nos próximos anos. Esta será certamente uma explicação para o valor de “apenas” 47% na capacidade de endividamento utilizada.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A presente proposta de orçamento atinge o valor de 742.168 milhares de euros, sem considerar o valor das contas de ordem, representando um decréscimo de 0,8% relativamente ao valor orçamentado para o corrente ano de 2002.

Esta evolução, para além de reflectir a necessária contenção orçamental das dotações da despesa e uma prudente previsão das fontes de financiamento, designadamente, das receitas fiscais, está condicionada pela supressão de duas verbas com impacto significativo na estrutura do orçamento regional.

Efectivamente, esta proposta não contempla a verba extraordinária de 32.422 milhares de euros prevista no orçamento de 2002 destinada a assegurar o equilíbrio orçamental, a qual havia sido orçamentada na perspectiva de obtenção um endividamento excepcional naquele montante que, por razões sobejamente conhecidas não se chegou a concretizar. Também não prevê qualquer recurso a passivos financeiros, uma vez que, ao contrário do que ocorreu em 2002, ano em que o Governo da República autorizou um endividamento líquido de 29.928 milhares de euros, para 2003 o endividamento líquido autorizado é de zero.



É, pois, num contexto de fortes restrições ao nível das fontes de financiamento do orçamento regional que esta proposta é apresentada procurando-se com os recursos disponíveis otimizar as diversas aplicações que resultam das principais funções que o Governo tem de assegurar.

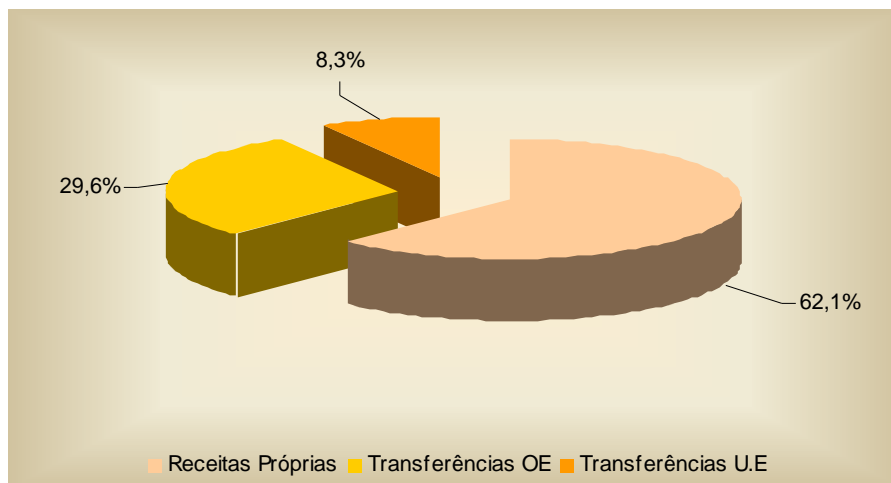
A) Orçamento da Receita

A receita global, sem contas de ordem, atinge uma previsão orçamental de 742.168 milhares de euros, menos 0,8% do que em 2002.

As receitas efectivas, em 2003, com o mesmo montante da receita global sem contas de ordem, contemplam um valor de 742.168 milhares de euros, revelando uma taxa de crescimento de 3,3% relativamente ao valor orçamentado no ano anterior.

Estas receitas, correspondentes à receita total sem o produto de novos empréstimos, podem ser agrupadas em três grandes categorias – receitas próprias, transferências do Orçamento do Estado e transferências da União Europeia.

O gráfico seguinte apresenta a estrutura das receitas efectivas constantes da presente proposta de orçamento registando o peso relativo que cada uma das referidas fontes de financiamento têm no contexto destas receitas.



As receitas próprias atingem uma previsão global de 460.828 milhares de euros, representando 62,1% do total das receitas efectivas, sendo a principal fonte de financiamento do orçamento regional.

As transferências do Orçamento de Estado atingem uma dotação global de 219.870 milhares de euros, e representam 29,6% do total das receitas efectivas.

As transferências da União Europeia atingem uma previsão de 61.470 milhares de euros, e representam apenas 8,3% das receitas efectivas previstas nesta proposta de orçamento.

No âmbito das receitas próprias assumem relevo especial as receitas fiscais, as quais com uma previsão de 433.373 milhares de euros, apresentam uma taxa de crescimento de 8,2% relativamente aos valores



constantes do orçamento para o corrente ano, mas de apenas 5%, se atendermos às actuais previsões da respectiva execução.

Os Impostos Directos atingem os 123.087 milhares de euros, mais 10,2% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Saliente-se, no entanto, que as estimativas actuais de execução destes impostos permitem concluir que vão ser ultrapassadas as dotações inicialmente previstas e, que, portanto, a taxa efectiva de crescimento destes impostos é muito mais baixa do que a referida.

Para o IRS prevê-se uma dotação de 94.022 milhares de euros, mais 6% do que o valor constante do orçamento de 2002. No entanto, de acordo com a cobrança registada até ao passado mês de Agosto e dos valores previstos para receber nos últimos meses do ano, estima-se que a taxa de crescimento real se situe entre os 3% e os 4%.

Para o IRC prevê-se uma dotação de 28.665 milhares de euros, mais 27,7% do que o valor orçamentado em 2002. Esta taxa de crescimento muito acentuada não corresponde à realidade uma vez que a execução já registada no corrente ano e aquela que se estima arrecadar até final do ano permite concluir que a execução final de 2002 ficará próxima do valor previsto para 2003, traduzindo, assim, uma taxa real de crescimento residual.



As previsões efectuadas para o IRS e para o IRC tiveram como base de referência os valores actuais constantes da tabela que é utilizada pela administração fiscal para a determinação das transferências mensais destes impostos para a Região, designadamente, os valores previstos para os últimos meses do ano de 2002. É importante referir que eventuais acertos que ainda ocorram até final do corrente ano alterarão, inevitavelmente, as referidas tabelas e, por consequência, as estimativas para 2003.

Os Impostos Indirectos atingem o valor de 304.992 milhares de euros, mais 7,6% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Saliente-se que, as previsões efectuadas ao nível dos principais impostos indirectos, com excepção do IVA, o qual é determinado com base na capitação, tiveram por referência as respectivas execuções previstas para o final de 2002, as quais, na generalidade dos casos, se supõe venham a ser ligeiramente superiores às previsões inicialmente efectuadas.

O IVA contempla uma previsão de 248.743 milhares de euros, baseada na capitação regional do valor orçamentado para o corrente ano na proposta de Orçamento de Estado para 2003. Este imposto é muito relevante no âmbito da estrutura das fontes de financiamento do orçamento regional, representando 57,4% do total das receitas fiscais e 81,6% do total dos impostos indirectos.

O imposto de consumo sobre o tabaco atinge uma previsão de 18.424 milhares de euros, mais 2,6% do que o valor orçamentado em 2002. Contudo, em função da cobrança registada até a Agosto do corrente ano



estima-se uma execução final um pouco aquém da dotação prevista, pelo que a taxa de crescimento prevista para 2003 deverá rondar os 5%.

Para o imposto automóvel prevê-se uma dotação de 15.695 milhares de euros, mais 8,5% do que o valor orçamentado em 2002. A cobrança já registada neste imposto permite estimar uma execução final superior à dotação proposta, tendo-se previsto uma taxa de crescimento para 2003 de apenas 5%.

O imposto do selo atinge uma previsão de 14.792 milhares de euros, mais 16,3% do que a dotação prevista para 2002. Este imposto, igualmente, regista uma cobrança até Agosto acima do padrão estimado, pelo que a execução no final do corrente ano excederá certamente a dotação inicial. Estima-se uma taxa de crescimento da ordem dos 7% para 2003.

Para o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas prevê-se uma dotação de 7.233 milhares de euros, valor idêntico ao orçamentado para o corrente ano.

Para os restantes impostos indirectos prevê-se uma dotação de 105 milhares de euros, mais 5% do que a estimativa de execução prevista para o corrente ano.

As taxas, multas e outras penalidades atingem uma previsão global de 5.294 milhares de euros, mais 5% do que o valor estimado da respectiva



execução para o corrente ano, o qual deverá ficar um pouco aquém da dotação prevista no orçamento do corrente ano.

As outras receitas próprias atingem o valor global de 27.455 milhares de euros, incorporando uma série de rubricas das quais se destaca o capítulo “Outras Receitas Correntes” com uma previsão orçamental de 16.627 milhares de euros, dos quais, 16.560 milhares de euros é o valor que se estima receber da concessionária dos “Project Finance” do decorrer do ano de 2003.

As transferências do Orçamento de Estado atingem os 219.870 milhares de euros, menos 4,6% do que o valor orçamentado em 2002. Esta evolução negativa decorre do facto de, em 2002, estar orçamentada no âmbito destas transferências a verba extraordinária de 32.422 milhares de euros, já referenciada anteriormente, verba esta que, em 2003 é em parte compensada pela transferência extraordinária de 17.500 milhares de euros para apoio à reconstrução

O valor global das transferências do Orçamento de Estado inclui 146.941 milhares de euros para financiar os custos de insularidade e desenvolvimento económico (mais 3,8% do que o valor de 2002), 51.429 milhares de euros ao abrigo do Fundo de Coesão (mais 3,8% do que o valor de 2002), 4.000 milhares de euros para suportar os encargos com o pagamento das bonificações de juros de crédito à habitação, e ainda os já referidos 17.500 milhares de euros a título de participação no processo de reconstrução do parque habitacional das ilhas do Faial e do Pico.



As transferências com proveniência na União Europeia registam uma previsão global de 61.470 milhares de euros, menos 15% do que o valor orçamentado para o ano de 2002. Este decréscimo decorre do facto de alguns investimentos públicos comparticipados por fundos comunitários estarem a ser executados por empresas públicas ou organismos autónomos e, portanto, o co-financiamento comunitário passar a constituir receita dessas entidades.

As contas de ordem atingem o montante global de 344.289 milhares de euros, mais 58,7% do que o valor orçamentado para o corrente ano, sendo 67.570 milhares de euros de receitas próprias dos organismos autónomos (+4,6%) e 276.718 milhares de euros de receitas consignadas (+81,6%).

Como se verifica o acréscimo significativo observado nas contas de ordem é, fundamentalmente, resultado das dotações previstas em sede das receitas consignadas, as quais prevêm, pela primeira vez, as verbas que são estimadas serem recebidas em 2003 pelo FSE, FEOGA e IFOP, com 30.000, 22.000 e 6.500 milhares de euros, respectivamente.

B) Orçamento da Despesa

A despesa global orçamentada para 2003, sem contas de ordem, atinge os 742.168 milhares de euros, menos 0,8% do que o valor do ano anterior.

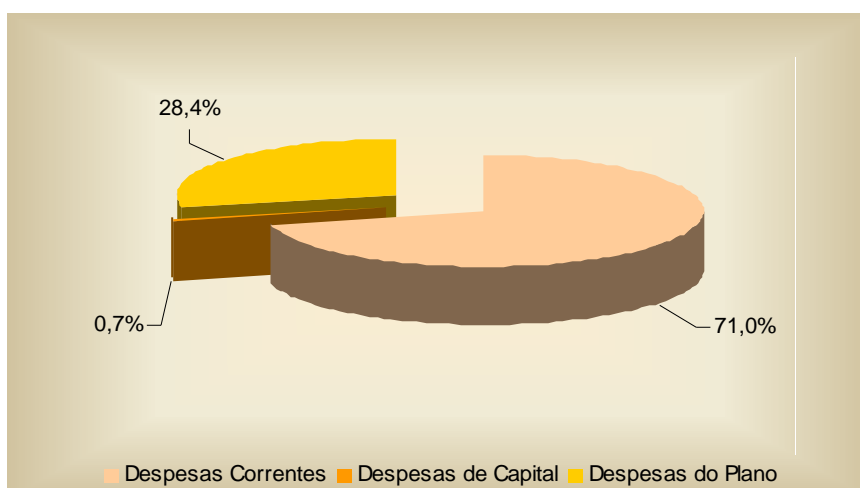


Seguidamente apresentar-se-ão as previsões orçamentais da despesa, bem como as respectivas justificações, nos termos da sua classificação económica, orgânica e funcional.

Classificação Económica

No âmbito desta classificação as despesas desagregam-se em correntes e capital, especificando-se, para efeitos de análise, as despesas do plano de investimentos da Região.

O gráfico seguinte apresenta a estrutura da despesa de acordo com estes agregados, permitindo visualizar as diversas aplicações de fundos que se prevêem para 2003.





Constata-se que são as despesas correntes, com uma dotação prevista de 526.682 milhares de euros, as que detêm um maior peso no conjunto da despesa atingindo a percentagem de 70,9%, mais cinco pontos percentuais do que o respectivo valor constante do orçamento do corrente ano. Este acréscimo do peso relativo das despesas correntes, embora reflecta os aumentos considerados necessários ao nível das despesas com pessoal e do sector da Saúde, decorre, essencialmente, da redução registada nas despesas do plano de 2002 para 2003.

As despesas de capital detêm um peso de apenas 0,7% do total da despesa, mantendo praticamente a percentagem de 2002.

As despesas do plano atingem uma previsão orçamental de 210.528 milhares de euros, detendo, em 2003, um peso relativo de 28,4%, contra os 32,9% que detêm no orçamento do corrente ano.

Despesas Correntes

As despesas correntes atingem para 2003 uma dotação global de 526.682 milhares de euros, mais 6,1% do que o valor do orçamento revisto para o corrente ano. Contudo, se não incluirmos a dotação provisional prevista para o próximo ano, aquela percentagem passa para os 4,1%.

No âmbito das despesas correntes é o agrupamento económico das despesas com pessoal o que apresenta o valor mais significativo, com



263.405 milhares de euros, logo seguido das transferências correntes, com 213.914 milhares de euros. Os dois, em conjunto, representam mais de 90% do total das despesas correntes.

As despesas com pessoal atingem uma dotação global de 263.405 milhares de euros, mais 5,2% do que o valor do orçamento do corrente ano. Contudo, as últimas estimativas efectuadas permitem concluir que a execução final de 2002 deverá ultrapassar as previsões iniciais, tendo-se estimado o valor para 2003 na base de uma taxa de crescimento de 4,5% sobre a execução prevista.

A taxa de crescimento das despesas com pessoal parece-nos ser a adequada pois, embora ainda não se conheçam os aumentos que ocorrerão nos índices da função pública, estas despesas crescem sempre alguns pontos percentuais acima do aumento daqueles índices, por força das diversas progressões automáticas que acontecem durante um ano económico.

Para as aquisições de bens e serviços correntes prevê-se uma dotação de 15.184 milhares de euros, apenas mais 1,1 do que o valor revisto do orçamento do corrente ano. Esta estimativa é reveladora da contenção imprimida a este tipo de despesas registando-se nas mesmas um decréscimo em termos reais.



Os encargos correntes da dívida atingem uma dotação de 13.000 milhares de euros, menos 3,5% do que o valor orçamentado para o corrente ano.

As transferências correntes estão estimadas em 213.914 milhares de euros, mais 7,7% do que o valor orçamentado em 2002, e mais 6,2% sobre a estimativa de execução. Esta evolução decorre do esforço que o Governo Regional está a efectuar no sentido de dotar o SRS com verbas mais correspondentes às suas necessidades, tendo-se incrementado em 7% as verbas para os serviços de saúde da Região. Também as dotações para os complementos de pensões estão calculadas, tal como em anos anteriores, em função da inflação esperada. As transferências para os restantes organismos autónomos da Região sofrem acréscimos de apenas 2,5%, sobre as respectivas estimativas de execução em 2002.

As outras despesas correntes atingem uma previsão global de 21.179 milhares de euros, mais 11% do que o valor do corrente ano. Este agrupamento económico engloba, fundamentalmente, duas grandes verbas – transferências correntes para a ALRA, no valor de 9.772 milhares de euros (+5,1%) e a dotação provisional orçamentada no gabinete do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, no valor de 10.000 milhares de euros.



Despesas de Capital

As despesas de capital estão estimadas em 4.957 milhares de euros, menos 6,4% do que o valor de 2002.

As aquisições de bens de capital apresentam uma dotação de 1.812 milhares de euros, menos 0,3% do que o valor orçamentado no corrente ano. Igualmente, ao nível deste tipo de despesas, regista-se uma evolução consentânea com os propósitos deste Governo em promover a contenção orçamental nas despesas de funcionamento da administração regional.

As transferências de capital atingem uma dotação de 2.878 milhares de euros, menos 1% do que o valor do corrente ano.

Para as outras despesas de capital prevê-se uma dotação de apenas 268 milhares de euros, valor este que corresponde às transferências previstas para serem efectuadas para a ALRA.

As despesas do plano atingem os 210.528 milhares de euros, menos 14,6% do que o valor de 2002. Este decréscimo resulta, naturalmente, da perda de uma das fontes de financiamento que, habitualmente, têm estado ao dispor da Região, a do recurso ao endividamento. Deve, contudo, referir-se que outros investimentos se irão efectuar em parcerias público-privadas bem como através de organismos autónomos inseridos no âmbito da administração regional.

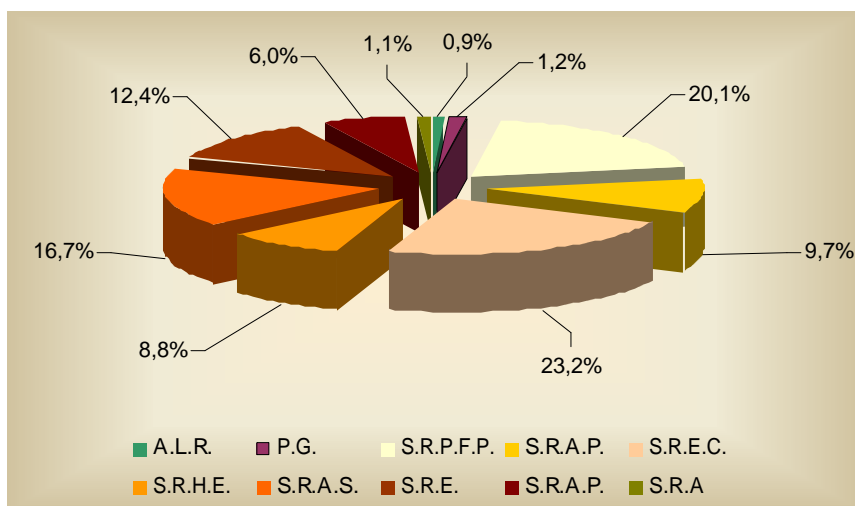


Uma análise mais detalhada às despesas do plano previstas para 2003 consta da proposta de plano que é autonomamente.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica das despesas permite evidenciar as dotações orçamentais desagregadas pelos diversos departamentos regionais.

Apresenta-se de seguida um gráfico com a desagregação orgânica das despesas totais, incluindo as contas de ordem.



Como é possível constatar é a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com uma dotação global de 253.077 milhares de euros, o departamento regional com maior volume de despesa, representando 23,2% do respectivo valor global. As verbas atribuídas à Direcção Regional da



Educação, no montante de 193.167 milhares de euros, constituem a sua componente mais representativa.

As verbas atribuídas ao Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, no valor de 218.884 milhares de euros, representam, em termos orgânicos, a segunda maior aplicação de fundos, detendo 20,1% do total das despesas. As suas componentes mais representativas são as contas de ordem, com 156.122 milhares de euros e as dotações afectas ao gabinete do Secretário, com 51.233 milhares de euros, verba esta que inclui como rubricas mais expressivas os encargos correntes da dívida da Região, a importância destinada ao pagamento dos complementos de pensões e a dotação provisional.

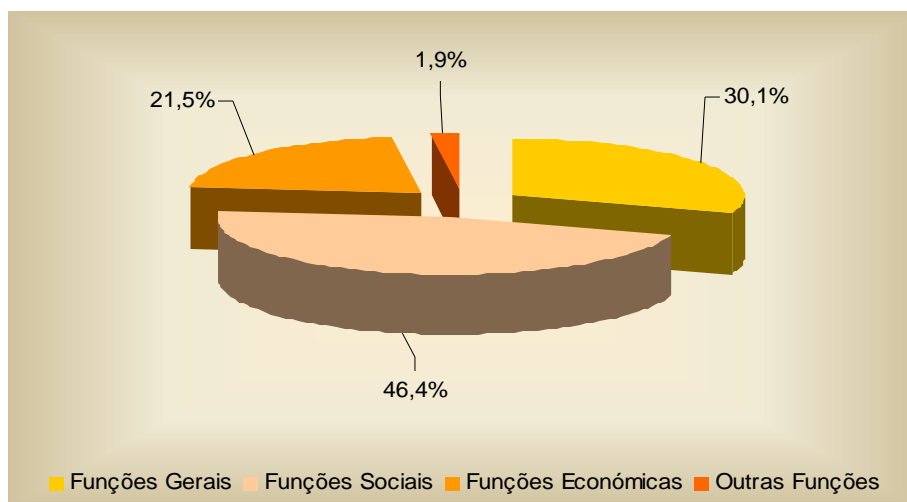
Com um volume de verbas ainda significativo temos a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 182.638 milhares de euros, representando 16,7% do total da despesa. A componente mais relevante é constituída pela dotação afecta ao Serviço Regional de Saúde, com um valor de 166.787 milhares de euros.

Classificação Orgânica

Nos termos da sua desagregação funcional a despesa total é apresentada de acordo com as grandes funções que à administração pública cabe desempenhar.



O gráfico seguinte apresenta a despesa total distribuída pelas principais funções.



Como se verifica são as funções sociais, com uma dotação de 505.907 milhares de euros, as que mais verbas contemplam na presente proposta de orçamento, determinadas, fundamentalmente, pelas dotações significativas afectas aos sectores da Educação, com 221.390 milhares de euros, da Saúde, com 174.676 milhares de euros, e da Habitação e Serviços Colectivos, com 78.346 milhares de euros.

As funções gerais apresentam uma dotação global de 328.605 milhares de euros, destacando-se, essencialmente, as verbas consignadas em contas de ordem orçamentadas nos departamentos regionais do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, no valor de 156.122 milhares de euros e do Secretário Regional Adjunto da Presidência, com 90.409 milhares de euros.



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

As funções económicas atingem uma dotação de 230.765 milhares de euros, sendo os sectores mais representativos o dos Transportes e Comunicações, com 76.110 milhares de euros, e o da Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, com 64.923 milhares de euros.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se no presente orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos - FSA -, especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Impostos directos	0	Despesas pessoal	151.596.420
Impostos indirectos	29.582.189	Aq. de bens e serviços correntes	119.710.195
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Encargos correntes da dívida	3.701.248
Txs,multas e outras penalidades	152.636.543	Transferências	137.301.624
Rend. de propriedades	1.592.281	Subsídios	25.518.944
Transferências	219.967.639	Outras despesas correntes	6.331.484
Venda de bens e serviços correntes	54.306.626		
Outras receitas correntes	18.025.751		
Receitas Correntes	476.111.029	Despesas Correntes	444.159.915
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
Venda de bens de investimento	119.079	Aquisição de bens de capital	66.820.383
Transferências	122.915.853	Transferências de Capital	94.176.547
Activos financeiros	262.600	Activos financeiros	302.494
Passivos financeiros	4.438.468	Passivos financeiros	2.321.918
Outras receitas de capital	36.526	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários	50		
Receitas de Capital	127.772.576	Despesas de Capital	163.621.342
SUB-TOTAL	603.883.605	SUB-TOTAL	607.781.257
Reposições	32.037	Operações extra-orçamentais	5.747.863
Saldo da gerência anterior	3.818.765		
Operações extra-orçamentais	5.794.713		
TOTAL	613.529.120	TOTAL	613.529.120



De acordo com os valores orçamentados para o 2003, e após consolidação, prevê-se que a receita e a despesa total dos fundos e serviços autónomos ascenda a 613.529 milhares de euros. Relativamente ao orçamento de 2002 verifica-se um crescimento na ordem dos 0,8 %.

Do conjunto dos fundos e serviços autónomos, destacam-se os fundos escolares, os quais, não obstante representarem 53,0% do total dos fundos, contemplam apenas 2,7% dos recursos orçamentais.

A Direcção Regional da Educação, é a entidade que apresenta maior número de fundos, seguindo-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais representando em conjunto a nível orçamental 72,6 % do respectivo total.

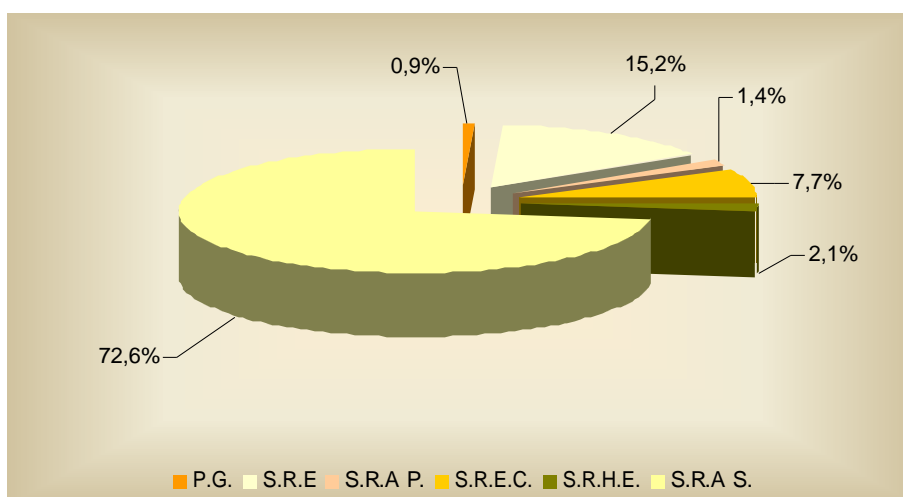
Do total dos fundos, há que destacar o Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social e o Instituto de Regimes da Segurança Social que representam 42,9% do total orçamentado.

Relativamente ao total da despesa, e conforme se verifica no gráfico seguinte, 72,6% é afectada a FSA que são tutelados pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, na qual tem especial relevo os hospitais (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada), Centro de Saúde de Ponta Delgada, Centro de Gestão Financeira da Segurança Social e o Instituto de Regimes da Segurança Social.



Dos restantes fundos, que apenas representam 27,3% do total, destacam-se os FSA tutelados pela Secretaria Regional da Economia e da Educação e Cultura.

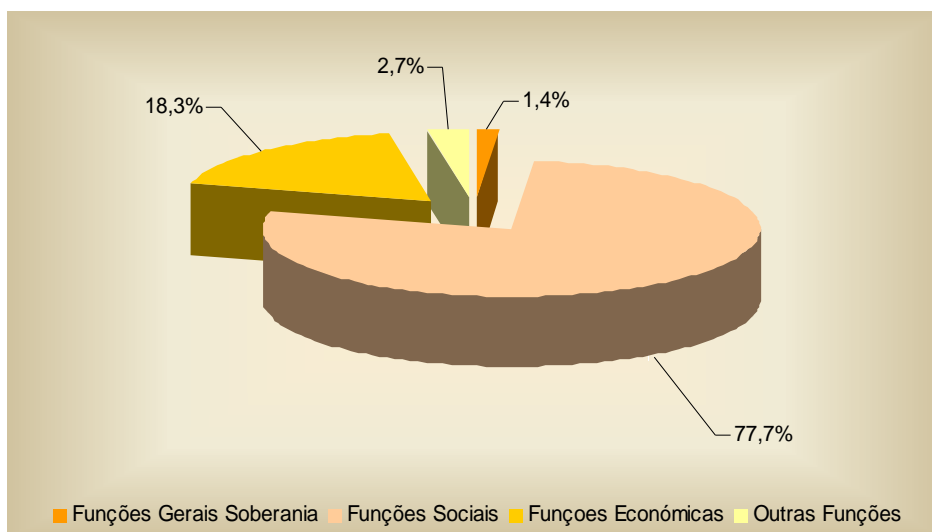
Despesas Globais – Classificação Orgânica



Das despesas globais dos FSA, e de acordo com classificação funcional, as despesas de carácter social representam 77,7% do total respectivo, destacando-se entre estas, as despesas com a saúde, que representam 50,3% daquelas, e 39,1% do total das despesas. Ainda dentro da função social, incluem-se as despesas com a Segurança e Acção Social (43,2%), as despesas com a Educação (5,4%) e as despesas com Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (1,2%) .



Despesa Total – Classificação Funcional

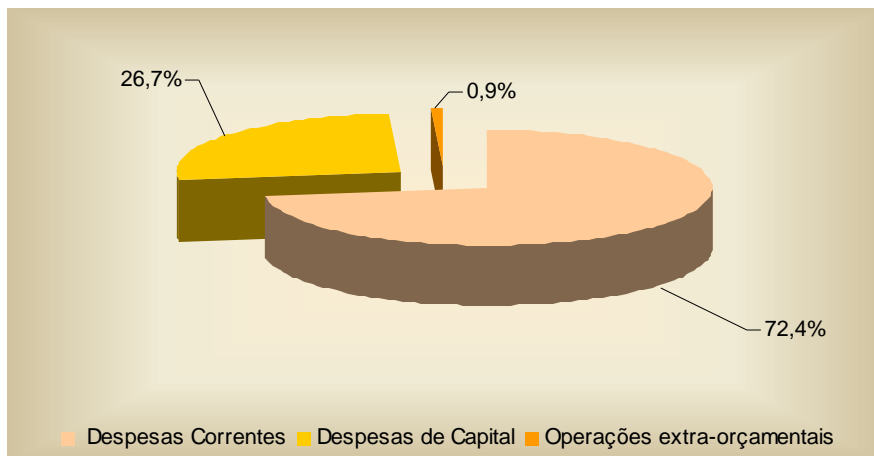


Ainda no âmbito da classificação funcional, à função social segue-se a função económica, que representa 18,3% do total da despesa, salientando-se as despesas com os transportes e comunicações (61,3%) e as despesas com a indústria e a energia (31,1%).

Relativamente à classificação económica, o peso das despesas correntes e das despesas de capital, no cômputo geral, é de 72,4% e 26,7%, respectivamente, conforme ilustrado no gráfico a seguir indicado.

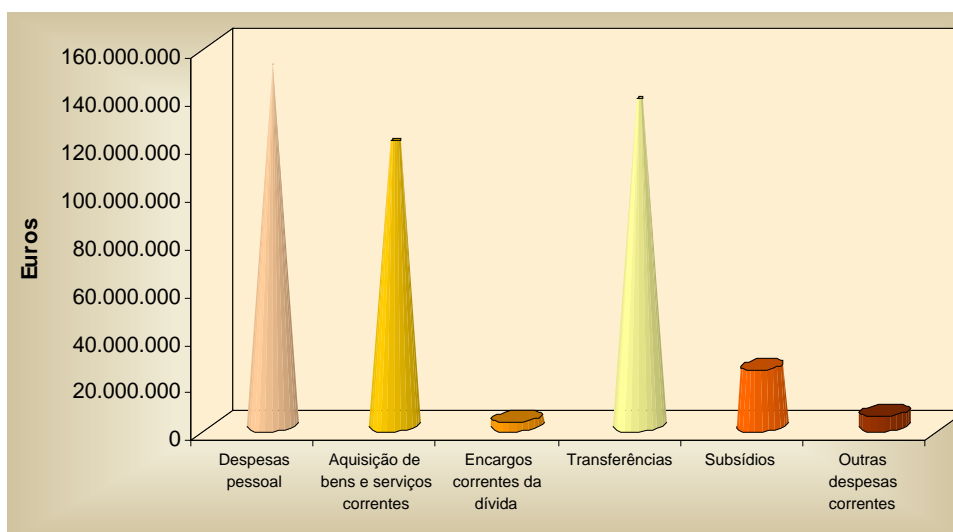


Despesas Globais – Classificação económica



De entre as despesas correntes, merecem particular destaque as despesas com pessoal, 34,0%, as transferências, 30,9% a aquisição de bens e serviços, 27,1%.

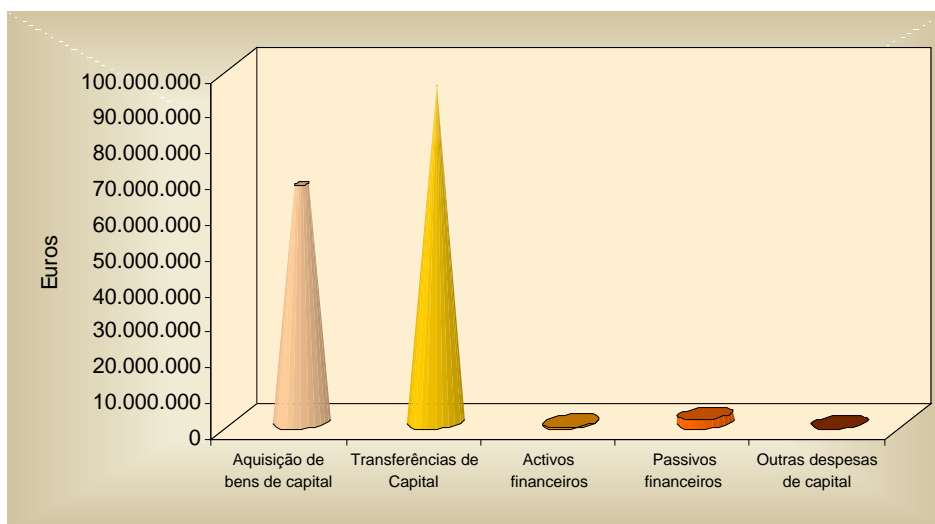
Desagregação da Despesa Corrente





Das despesas de capital, as transferências de capital são a rubrica de maior peso, representando 57,6% do total, seguindo-se a aquisição de bens de capital com 40,8%.

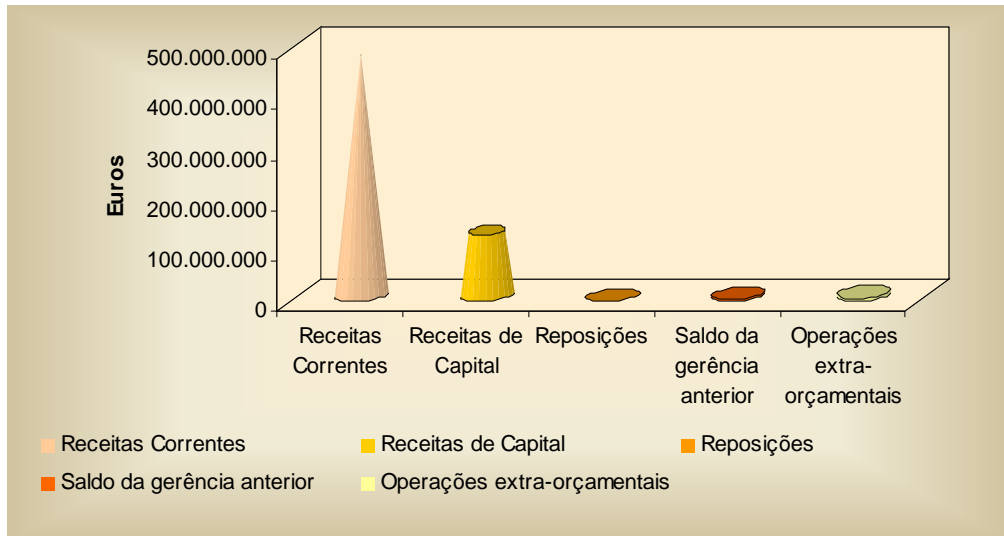
Desagregação da Despesa de Capital



Relativamente à estrutura das receitas, verifica-se que as correntes são responsáveis por 77,6 % da receita total, enquanto que as receitas de capital representam apenas 20,8%.

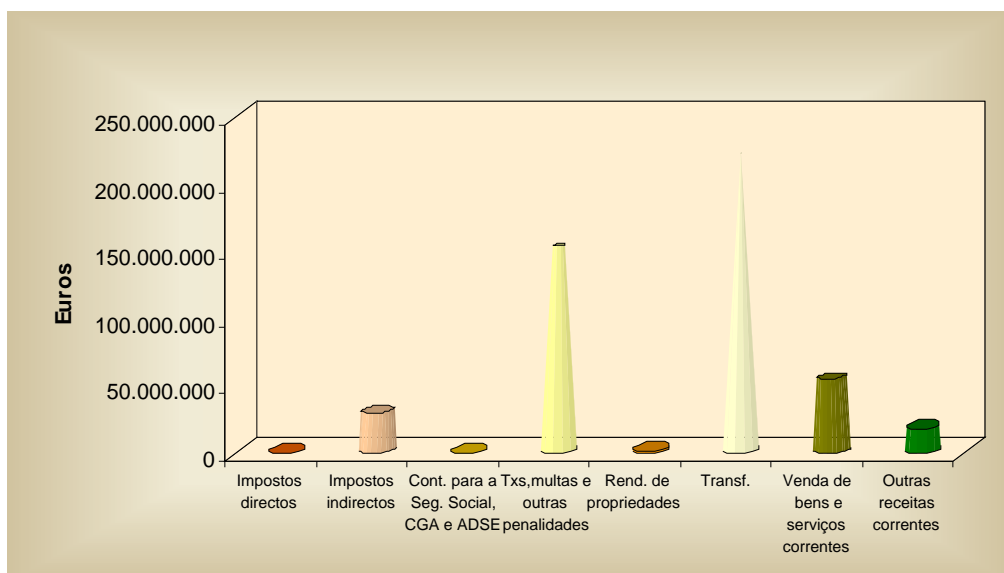


Estrutura da Receita



A desagregação da receita corrente, encontra-se expressa no gráfico seguinte, no qual se verifica, que 46,2% das receitas correntes provêm de transferências correntes e 38,3% de receita fiscal.

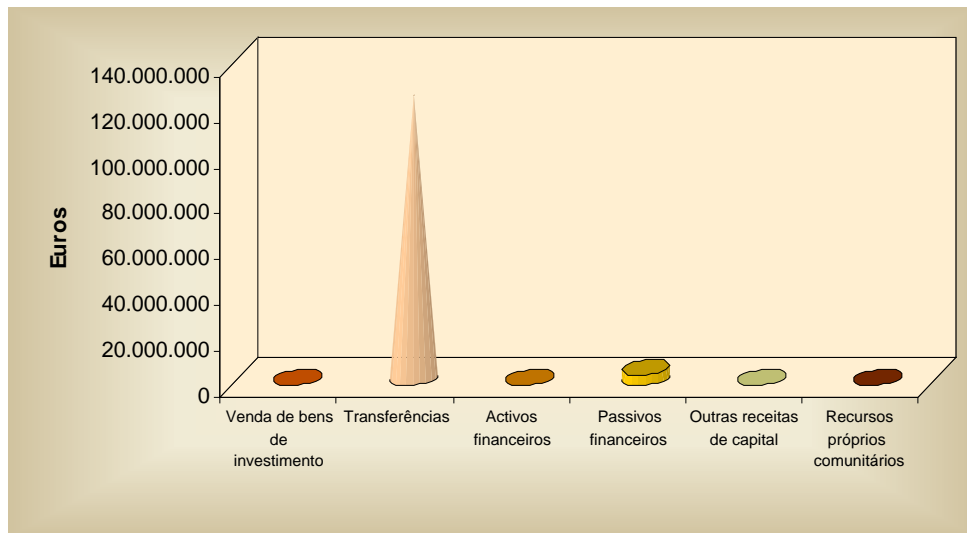
Desagregação da Receita Corrente





No que se refere às receitas de capital a rubrica que mais se evidencia é a das Transferências, com um peso de 96,2%.

Desagregação da Receita de Capital





V – Dívida Pública Regional

A) Dívida Directa

A dívida pública da Região Autónoma dos Açores, no final de 2001 era de 277 524 800,75 euros.

A gestão financeira que tem vindo a ser prosseguida pelo Governo Regional tem firmado o nome da Região nos mercados financeiros nacional e internacionais, o que lhe tem possibilitado a obtenção de financiamentos em condições extremamente vantajosas.

A confirmação desta boa aceitação pode ser constatada na operação de financiamento do corrente ano, em que a Região negociou uma operação de crédito junto de uma Instituição Internacional, com uma taxa fixa, para um período de cinco anos, de 3,89%. Estas condições, para além de serem muito vantajosas, permitem à Região estabilizar, em parte, os encargos correntes da sua dívida total.

De seguida, apresenta-se o quadro com a evolução dos encargos correntes da dívida nos últimos cinco anos e a estimativa para o ano de 2002.



Encargos da Dívida Pública

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros encargos	Total
1997	19.823	15.471	1.064	36.358
1998	14.959	0	51	15.010
1999	6.414	10.964	14	17.392
2000	10.299	0	39	10.338
2001	9.376	60.548	91	70.015
2002*	10.500	26.659	20	37.179

* Estimativa

O produto do empréstimo contraído pela Região no corrente ano, no montante de 56 587 474 euros, destinou-se a financiar, no montante de 29 928.000 euros, investimentos do plano de 2002 e os restantes 26 659 474 euros a amortizar, antecipadamente, parte de um empréstimo contraído em anos anteriores, em ordem a possibilitar a transferência para a responsabilidade do Governo da República do montante exacto previsto na Lei Orgânica n.º 1/2002, de 29 de Junho

Após as operações, de transferência de dívida para o Governo da República, no montante de 32 421 863 euros e de financiamento para o corrente ano, no valor de 29 928 000 euros, a dívida pública regional atingirá o montante de 275 031 milhares de euros no final do corrente ano de 2002.



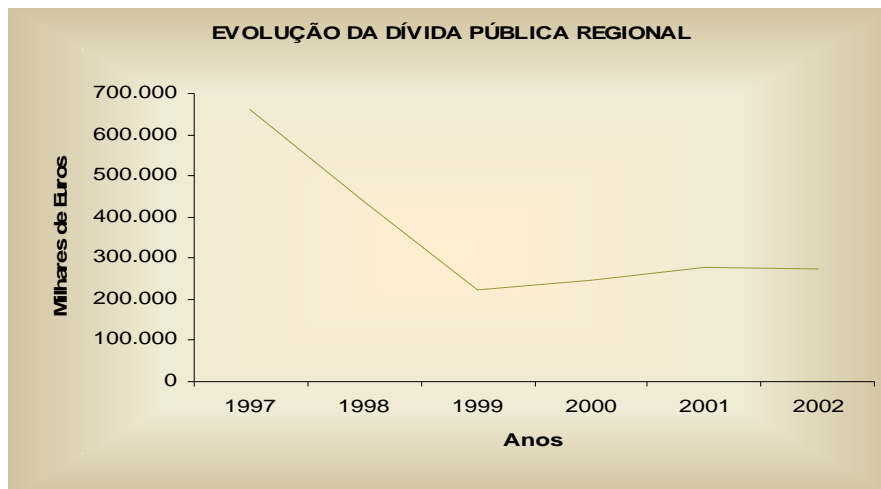
Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

STOCK DA DÍVIDA DA RAA A 31 DE DEZEMBRO

Milhares de Euros

Designação	1997		1998		1999		2000		2001		2002 *	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
MOEDA NACIONAL	481.316	72,7	311.428	71,0	95.464	42,87	120.403	48,63	150.331	54,17	147.838	53,8
MOEDA ESTRANGEIRA	180.578	27,3	127.193	29,0	127.193	57,13	127.193	51,37	127.194	45,83	127.193	46,2
Total	661.894	100	438.622	100	222.657	100	247.597	100	277.525	100	275.031	100

* Estimativa





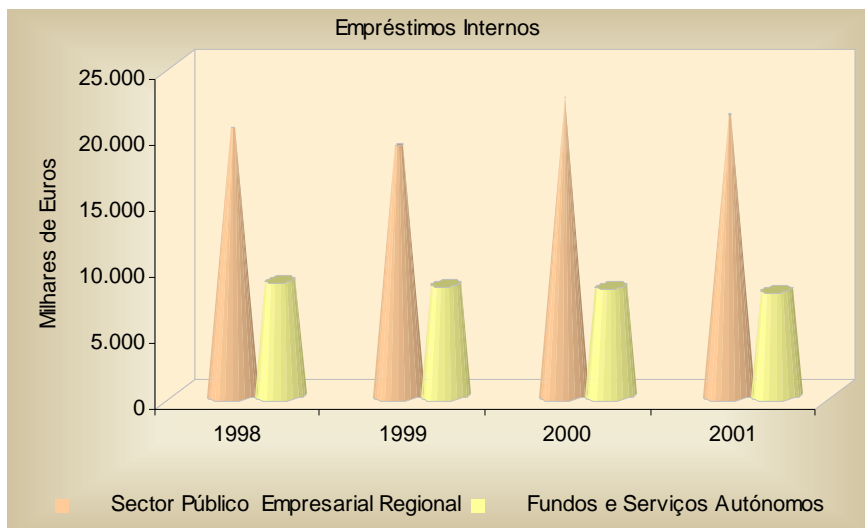
B) Dívida Indirecta

As responsabilidades por avales da Região Autónoma dos Açores, no período que medeia 1998 e 2001, oscilou entre os 74.303 (2000) e os 97.183 (2001) milhares de euros.

Conforme se pode constatar no quadro abaixo, as garantias prestadas em empréstimos externos, foram sempre superiores às garantias prestadas em empréstimos internos, representando em média, cerca de 63,8% do total da dívida garantida.

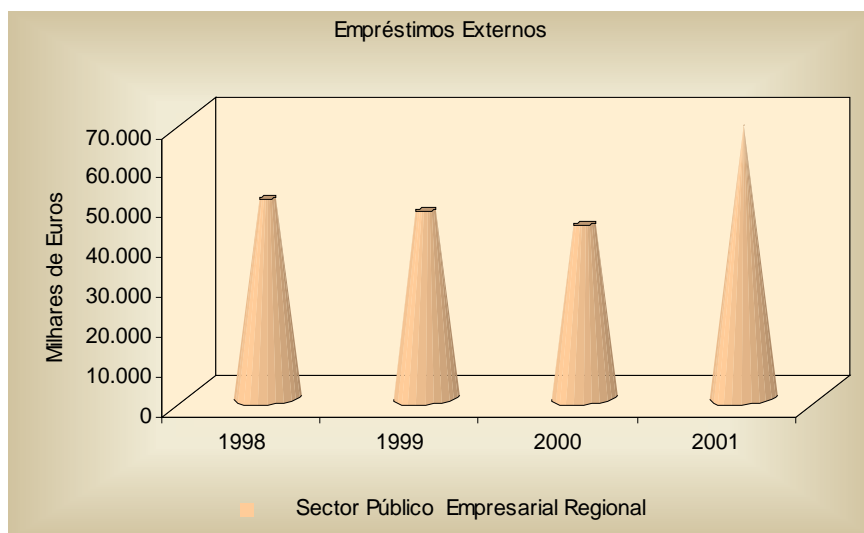
RESPONSABILIDADES DIRECTAS POR AVALES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES								
(Milhares de Euros)								
VALORES A 31 DE DEZEMBRO								
DESIGNAÇÃO	1998		1999		2000		2001	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Empréstimos Internos	28.939	36,5	27.396	36,8	30.760	41,4	29.160	30,0
Sector Público Empresarial Regional	20.210	25,5	18.917	25,4	22.530	30,3	21.179	21,8
Fundos e Serviços Autónomos	8.729	11,0	8.480	11,4	8.230	11,1	7.981	8,2
Empréstimos Externos	50.251	63,5	47.068	63,2	43.543	58,6	68.023	70,0
Sector Público Empresarial Regional	50.251	63,5	47.068	63,2	43.543	58,6	68.023	70,0
Total da Dívida garantida	79.190	100,0	74.464	100,0	74.303	100,0	97.183	100,0

Relativamente às garantias prestadas por empréstimos internos, o peso assumido pelo Sector Público Empresarial Regional oscilou entre os 69,5% (1999) e 73,2% (2000), conforme se encontra explicito no gráfico a seguir apresentado.



A totalidade dos empréstimos externos avalizados pela Região foi contraída pelo Sector Público Empresarial Regional, tendo-se verificado uma ligeira redução do seu peso, no total da dívida garantida, no triénio 1998-2000, seguida de um aumento de 11,4% no ano 2001.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução das garantias prestadas em empréstimos externos nos anos de 1998 a 2001.





Os “plafond” de avales aprovados, no período de 1998 a 2000, variaram entre os 4.988 milhares de euros em 2000 e os 35.415 milhares de euros em 2001. Estes montantes nunca foram totalmente utilizados, com excepção do ano 2000 em que o plafond aprovado foi utilizado na sua totalidade.

Em 2002, e até à data de elaboração deste orçamento, foi concedido apenas um único aval, a uma operação de crédito no montante de 20.000 milhares de euros, a uma empresa do Sector Público Empresarial Regional.

Os “plafonds” de avales e a sua utilização, no período em análise, estão patentes no quadro seguinte.

Anos	(Milhares de Euros)	
	"Plafonds" de Avales	Montantes Utilizados
1998	14.964	13.468
1999	0	0
2000	4.988	4.988
2001	35.415	30.000
2002	29.000	20.000

Para o ano 2003, entendeu o Governo Regional, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, propor, como limite máximo de avales a conceder, a importância de 60.000 milhares de euros.



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADROS SÍNTESES



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADRO I

SÍNTESE DAS CONTAS DA R.A.A.

(sem incluir "Contas de Ordem")

(Euros)

DESIGNAÇÃO	1998	1999	2000	2001
DESPESAS	560.000.399	632.869.783	663.476.640	702.229.479
. CORRENTES	<u>361.877.874</u>	<u>372.846.440</u>	<u>429.895.957</u>	<u>435.552.836</u>
.. Com a Educação	131.682.645	141.698.507	158.685.309	170.675.125
%	36,39%	38,00%	36,91%	39,19%
.. Com a Saúde	130.300.975	132.730.120	145.515.418	129.410.049
%	36,01%	35,60%	33,85%	29,71%
. CAPITAL	<u>8.514.480</u>	<u>15.557.506</u>	<u>4.902.095</u>	<u>62.243.660</u>
. PLANO	<u>189.608.045</u>	<u>244.465.837</u>	<u>228.678.588</u>	<u>204.432.983</u>
.. Sectores Sociais	67.666.923	108.713.002	101.343.584	90.493.668
%	35,69%	44,47%	44,32%	44,27%
.. Sectores Económicos	121.941.122	135.752.836	127.335.003	113.939.315
%	64,31%	55,53%	55,68%	55,73%
RECEITAS	560.080.207	640.651.031	655.620.909	702.221.394
. CORRENTES	<u>376.442.773</u>	<u>439.635.478</u>	<u>448.416.878</u>	<u>399.330.064</u>
. CAPITAL	<u>183.637.434</u>	<u>201.015.553</u>	<u>207.204.031</u>	<u>302.891.330</u>
.. Transferências do O.E.	59.646.253	110.633.374	128.468.690	138.943.371
(%) Rel. à Receita Capital	32,48%	55,04%	62,00%	45,87%
.. Fundos comunitários	33.638.930	49.485.739	47.889.128	60.020.020
(%) Rel. à Receita Capital	18,32%	24,62%	23,11%	19,82%



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADRO II

RECEITA TOTAL

(Euros)

DESIGNAÇÃO	1998	1999	2000	2001
1. RECEITAS CORRENTES	376.443.810	439.637.649	448.416.878	399.330.064
. Impostos directos	91.645.025	146.258.520	123.892.784	75.077.639
. Impostos indirectos	204.190.820	228.385.591	277.650.432	272.999.343
. Taxas, multas outras penal.	3.772.603	3.990.183	4.275.236	4.942.890
. Rendimentos de propriedade	1.161.571	900.615	1.373.701	1.133.448
. Transferências	70.899.971	58.359.354	39.903.832	43.894.215
. Venda de bens e serviços correntes	688.785	646.744	679.472	536.231
. Outras receitas correntes	4.085.035	1.096.643	641.421	746.298
2. RECEITAS DE CAPITAL	183.638.222	201.014.794	207.204.031	302.891.330
. Venda bens investimento	70.570	1.228.023	1.029.554	1.775.592
. Transferências	93.284.634	160.123.876	176.357.818	198.964.865
. Activos financeiros	1.787.487	1.711.697	1.448.404	1.404.979
. Passivos financeiros	84.662.374	35.863.569	24.939.895	90.730.788
. Outras receitas de capital	1.957.642	624.066	940.786	7.851.077
. Reposições	1.875.515	1.463.563	2.487.574	2.164.030
3. CONTAS DE ORDEM	174.315.320	189.080.541	167.425.386	205.760.675
TOTAL (1+2)	560.082.032	640.652.443	655.620.909	702.221.394
TOTAL (1+2+3)	734.397.352	829.732.984	823.046.295	907.982.068



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADRO III
DESPESA TOTAL

(Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	1998	1999	2000	2001
	DESPESAS CORRENTES	361.879.735	372.847.676	429.895.957	435.552.836
01 00 00	Despesas com pessoal	174.192.591	192.399.553	214.743.424	236.861.359
02 00 00	Aquisição bens e serv. correntes	12.854.416	13.106.184	13.753.653	13.361.066
03 00 00	Encargos correntes da dívida	15.010.305	6.427.709	10.338.488	9.467.165
04 00 00	Transferências correntes	152.016.106	153.359.502	184.137.810	167.086.746
05 00 00	Subsídios	15.498	0	0	0
06 00 00	Outras despesas correntes	7.790.819	7.554.728	6.922.583	8.776.500
	DESPESAS DE CAPITAL	8.514.475	15.558.742	4.902.095	62.243.660
07 00 00	Aquisição de bens de capital	1.198.252	1.139.334	1.517.013	1.281.659
08 00 00	Transferências de capital	6.992.004	3.121.258	3.110.743	114.174
09 00 00	Activos financeiros			0	0
10 00 00	Passivos financeiros		10.963.956	0	60.547.716
11 00 00	Outras despesas de capital	324.219	334.195	274.339	300.110
	DESPESAS DO PLANO	189.609.187	244.464.975	228.678.589	204.432.983
	SUB-TOTAL	560.003.397	632.871.394	663.476.641	702.229.479
	CONTAS DE ORDEM	175.341.048	181.927.448	163.683.263	192.270.486
	TOTAL	735.344.445	814.798.842	827.159.904	894.499.965



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADRO IV

ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA RECEITA

(Euros)

DESIGNAÇÃO	ORAA 2001 (1)	ORAA 2002 (2)	ORAA 2003 (3)	% (3/2)
01. IMPOSTOS DIRECTOS	127.542.622	111.647.288	123.087.000	10,25%
.. IRS	86.890.594	88.702.585	94.022.000	6,00%
.. IRC	39.903.832	22.445.905	28.665.000	27,71%
.. Outros	748.197	498.798	400.000	-19,81%
02. IMPOSTOS INDIRECTOS	288.554.583	283.509.918	304.991.908	7,58%
.. Imposto de Selo	12.629.563	12.719.346	14.791.600	16,29%
.. IVA	237.677.198	230.886.740	248.742.800	7,73%
.. Imposto Automóvel	16.265.799	14.465.139	15.695.830	8,51%
.. Imp. consumo sobre o tabaco	17.996.628	17.956.724	18.424.000	2,60%
.. Outros	3.985.395	7.481.969	7.337.678	-1,93%
03. TAXAS, MULT.E OUT. PEN.	4.339.542	5.486.777	5.293.834	-3,52%
04. TRANSFERÊNCIAS	273.920.202	302.778.667	281.340.120	-7,08%
05. PASSIVOS FINANCEIROS	90.731.337	29.928.000	0	-100,00%
06. OUTRAS RECEITAS	23.912.022	14.963.937	27.454.699	83,47%
SUB-TOTAL	809.000.309	748.314.587	742.167.561	-0,82%
CONTAS DE ORDEM	197.567.023	216.947.052	344.288.689	58,70%
TOTAL	1.006.567.333	965.261.639	1.086.456.250	12,56%



Região Autónoma dos Açores
Presidência do Governo Regional
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

QUADRO V
ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA DESPESA

(Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORAA* 2001 (1)	ORAA* 2002 (2)	ORAA 2003 (3)	% (3/2)
	DESPESAS CORRENTES	471.012.455	496.522.643	526.682.046	6,07%
01 00 00	Despesas com pessoal	232.579.389	250.318.401	263.404.528	5,23%
02 00 00	Aquisição bens e serv. correntes	14.447.731	15.023.765	15.183.688	1,06%
03 00 00	Encargos correntes da dívida	13.467.543	13.467.543	13.000.000	-3,47%
04 00 00	Transferências correntes	191.506.594	198.634.239	213.914.366	7,69%
05 00 00	Subsídios				
06 00 00	Outras despesas correntes	19.011.198	19.078.695	21.179.464	11,01%
	DESPESAS DE CAPITAL	65.947.312	5.293.483	4.957.096	-6,35%
07 00 00	Aquisição de bens de capital	1.674.255	1.816.640	1.811.664	-0,27%
08 00 00	Transferências de capital	3.135.399	2.905.719	2.877.932	-0,96%
09 00 00	Activos financeiros				
10 00 00	Passivos financeiros	60.803.464			
11 00 00	Outras despesas de capital	334.195	571.124	267.500	-53,16%
	DESPESAS DO PLANO	272.040.542	246.498.461	210.528.419	-14,59%
	SUB-TOTAL	809.000.309	748.314.587	742.167.561	-0,82%
	CONTAS DE ORDEM	197.567.023	216.947.052	348.288.689	60,54%
	T O T A L	1.006.567.333	965.261.639	1.090.456.250	12,97%

*Valores revistos